

# TERRITÓRIO E GENOCÍDIO:

PROCESSOS DE UM  
RACISMO URBANÍSTICO

TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO  
CAMILA MAIA DA CRUZ VALLE

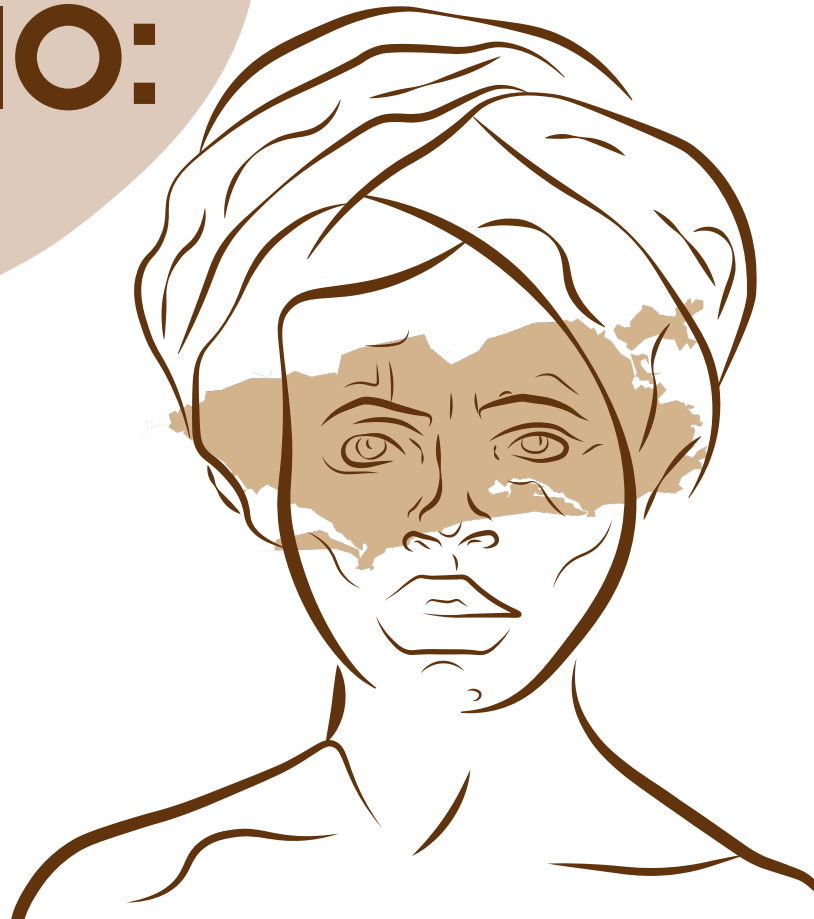




Figura 1: Imagem síntese

## **Território e Genocídio: Processos de um racismo urbanístico**

Autora:  
Camila Maia da Cruz Valle

Orientador :  
Cláudio Rezende Ribeiro

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Trabalho Final de Graduação - Banca Final  
Agosto de 2021



Camila Maia da Cruz Valle

**Território e Genocídio:  
Processos de um racismo urbanístico**

Trabalho apresentado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro a ser utilizado como avaliação do Trabalho Final de Graduação.

Banca Examinadora

---

Claudio Rezende Ribeiro

---

Eliana Rosa Queiroz Barbosa

---

Maria Ayara Mendo Perez

---

Stéfany dos Santos Silva

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

Rio de Janeiro/2021

Domingo, 28 de novembro de 2010, às 8 horas da manhã se iniciava a pacificação no Complexo do Alemão, o dia que o país parou para assistir traficantes fugindo pelo alto do morro enquanto eram perseguidos por um helicóptero. Lembro de ter passado por diversas cenas dignas de filmes ao longo dos meus 25 anos de vida, todos eles morando na favela da Fazendinha, umas das 13 pertencentes ao complexo, óbvio que a vida apenas com o tráfico ocupando o território não era fácil e sem conflitos, porém este relato trata apenas a partir desta data.

Agradeço todos os dias por minha família estar toda em casa neste dia, não apenas neste mas em todos os dias e situações de conflito. Não lembro com extensos detalhes de tudo, apenas de coisas marcantes, dos sons de tiros, dos tanques dignos de guerra, algo surreal para ruas que nem sequer os comportavam, policiais invadindo e revistando casas de moradores que com medo foram se abrigar em casas de parentes que viviam fora dali. Lembro ainda de ficar três dias ilhada em casa, sem luz, sem água e com a comida acabando, a ponto de meu tio - o mais corajoso naquele momento - ir na rua nos comprar biscoitos pois não havia mais o que comer, e muito menos havia como cozinhar.

Os dias e meses seguintes foram um misto de tensão e adaptação, aquela realidade era nova e até então inimaginável: descer a rua para estudar e ver tanques, camburões, militares fazendo a “segurança” e “identificação” dos moradores. Porém, após esse período coisas boas passaram a ocorrer, novas praças, novos esgotamentos de rua, registro para regularização de posse de casas, criação da Nave do Conhecimento, um cinema popular, e a grande

estrela, o teleférico, inaugurado em julho de 2011. Eu que nunca imaginei sequer ir a um cinema com ingresso tão barato e uma sala tão bonita, quem dirá ver a minha favela de cima, receber meus parentes que antes não frequentavam minha casa, os levar para “turistar” e ver a vista incrível do alto do morro.

Em dado momento esqueci até o que era confronto ou tiroteio, foram 3 anos sem grandes confrontos, vivendo algo que infelizmente durou pouco. Em 2013 houve o retorno de tiroteios, que atualmente são ainda piores, não sabemos como, onde, nem quando eles irão acontecer. O tráfico nunca foi 100% embora, mas à medida que a UPP decaía, o mesmo se reorganizava, ocupar um território onde duas forças ditas inimigas coabitam só faz com que os verdadeiros prejudicados sejamos nós, moradores favelados, que além de termos a falta, ou até mesmo as poucas medidas sociais que tivemos negadas, visto que hoje as praças encontram-se largadas, o cinema, a Nave e o teleférico fechados e abandonados, estamos no meio de uma guerra que não temos lados, mas somos alvos.

Breve Relato Pessoal  
Camila Maia





## **AGRADECIMENTOS**

A Abdias Nascimento por toda sua dedicação, luta e representatividade e à todos que vieram antes de mim, abrindo caminhos para que eu pudesse estar aqui.

Ao ensino público de qualidade, por todo o ensinamento que vai além da academia e a graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Ao meu orientador, Cláudio, por me acolher e me guiar nessa caminhada, através de muita compreensão, me ajudar a superar as dificuldades que estiveram presentes ao longo de todo curso, e que no fim não seria de forma diferente. Também por toda sua humanidade, horizontalidade e empatia em seu magistério, uma inspiração como pessoa e professor,

À Maria Verônica, minha mãe, que dedicou sua vida a criar duas crianças em meio a tantas dificuldades e não poderia ter o feito de melhor forma.

À dona Maria de Lourdes, minha avó, onde quer que ela esteja, me inspira a ser uma mulher forte e resiliente como ela.

Ao meu companheiro de vida, Rafael, que está comigo ao longo dessa e de algumas outras empreitadas, por todos os afagos nos momentos de crise e toda força, amor e incentivo para seguir adiante.

Aos amigos que fiz e levarei para toda a vida, por todo riso e choro compartilhados, todos os abraços, reclamações e carinho.

Por último, mas não menos importante, à mim, por ter resistido e superado todos os obstáculos, por resolver lutar ao invés de desistir e por estar levando o que simboliza muito mais do que um diploma para casa, mas sim uma grande vitória.



## RESUMO

O presente trabalho propõe um debate urbanístico organizado em diálogo com conceito de genocídio formulado por Abdias Nascimento em seu livro: “O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado”. A proposta é evidenciar desigualdades, a partir de um estudo orientado pela questão racial através do levantamento de dados a partir do Instituto de Segurança Pública (ISP) sobre os casos de mortes por agentes do Estado, filtrando as regiões da cidade do Rio de Janeiro onde encontram-se presentes Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), com o recorte temporal que se inicia em 2008 (ano da implementação da primeira UPP) até o ano de 2020. O objetivo final é caracterizar espacialmente o conceito de genocídio do negro na cidade do Rio de Janeiro, no intuito de demonstrar que a população que está na maioria das estatísticas de mortes por violência habitam espaços vulneráveis. Para isso, os dados levantados e analisados foram organizados graficamente através de material cartográfico, evidenciando que nestas áreas a maioria da população é preta. O trabalho por fim traz um informativo baseado em todo material levantado a fim de expandir esse debate sobre as camadas do genocídio para além do ambiente acadêmico.

Palavras chave: Genocídio, território, segurança pública, UPP.

## LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

### Lista de Figuras

<b>Figura 1</b> - Imagem Síntese .....	02
<b>Figura 2</b> - Mapa racial de pontos: Cidade do Rio de Janeiro - Brasil .....	32
<b>Figura 3</b> - Mapa racial de pontos: Cidade do Rio de Janeiro - Brasil- População branca.....	32
<b>Figura 4</b> - Mapa racial de pontos: Cidade do Rio de Janeiro - Brasil- População preta .....	33
<b>Figura 5</b> - Mapa racial de pontos: Cidade do Rio de Janeiro - Brasil- População parda .....	33
<b>Figura 6</b> - Mapa com a espacialização dos quatro blocos de Intervenção das UPPs .....	55
<b>Figura 7</b> - Mapa de mortes por área de UPP de 2008 a 2020 .....	62
<b>Figura 8</b> - Mapa letalidade violenta .....	64
<b>Figura 9</b> - Mapa roubo de rua.....	64

### Lista de Gráficos

<b>Gráfico 1</b> - Mortes por agentes do estado em áreas de UPP de 2008 a 2020 .....	45
<b>Gráfico 2</b> - Somatório de mortes de 2008 a 2020 .....	45
<b>Gráfico 3</b> - Mortes por agentes do estado em áreas de UPP em 2008.....	46
<b>Gráfico 4</b> - Mortes por agentes do estado em áreas de UPP em 2009.....	46
<b>Gráfico 5</b> - Mortes por agentes do estado em áreas de UPP em 2010 .....	47
<b>Gráfico 6</b> - Mortes por agentes do estado em áreas de UPP em 2011 .....	47

<b>Gráfico 7</b> - Mortes por agentes do estado em áreas de UPP em 2012.....	48
<b>Gráfico 8</b> - Mortes por agentes do estado em áreas de UPP em 2013.....	48
<b>Gráfico 9</b> - Mortes por agentes do estado em áreas de UPP em 2014.....	49
<b>Gráfico 10</b> - Mortes por agentes do estado em áreas de UPP em 2015 .....	49
<b>Gráfico 11</b> - Mortes por agentes do estado em áreas de UPP em 2016 .....	50
<b>Gráfico 12</b> - Mortes por agentes do estado em áreas de UPP em 2017 .....	50
<b>Gráfico 13</b> - Mortes por agentes do estado em áreas de UPP em 2018 .....	51
<b>Gráfico 14</b> - Mortes por agentes do estado em áreas de UPP em 2019 .....	51
<b>Gráfico 15</b> - Mortes por agentes do estado em áreas de UPP em 2020.....	52
<b>Gráfico 16</b> - Mortes por agentes do estado na UPP Jacarezinho de 2008 a 2020 .....	60
<b>Gráfico 17</b> - Mortes por agentes do estado na UPP Vila Kennedy de 2008 a 2020 .....	65
<b>Gráfico 18</b> - Mortes por agentes do estado na UPP Cidade de Deus de 2008 a 2020 .....	66
<b>Gráfico 19</b> - Mortes por agentes do estado na UPP Santa Marta de 2008 a 2020.....	66

## **Lista de Tabelas**

<b>Tabela 1</b> - Tabela tiroteios Santa Marta de 2016 a 2018 .....	40
---	----



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ISP - Instituto de Segurança Pública

UPP - Unidade de Polícia Pacificadora

TEN - Teatro Experimental do Negro

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PDT - Partido Democrático Trabalhista

ONU - Organização das Nações Unidas

USP - Universidade de São Paulo

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FAETEC - Fundação de Apoio à Escola Técnica

ADPF -Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

UOP - Unidade de Ordem Pública

GENI - Grupo de Estudos de Novos Illegalismos

UFF - Universidade Federal Fluminense

## SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO .....	20
<b>01</b>	<b>O GENOCÍDIO POR ABDIAS .....</b>	<b>24</b>
	1.1 Abdias Nascimento .....	25
	1.2 O conceito de genocídio para Abdias .....	28
	1.3 Genocídio do negro brasileiro e urbanismo .....	30
<b>02</b>	<b>UPP, PACIFICAÇÃO PARA QUEM? .....</b>	<b>34</b>
	2.1 Criação e implementação .....	35
	2.2 UPP Social .....	37
	2.3 Declínio .....	39
<b>03</b>	<b>PROCESSOS DE UM RACISMO URBANÍSTICO .....</b>	<b>42</b>
	3.1 A pacificação fora de lugar .....	43
	3.2 Início das ocupações: Matar para pacificar .....	52
	3.3 Rio de Janeiro e megaeventos: Segurança tem prazo .....	54
	3.4 2021 e a chacina no Jacarezinho .....	58
	3.5 Território .....	63
<b>04</b>	<b>RETOMANDO AS RECOMENDAÇÕES DE ABDIAS .....</b>	<b>70</b>
	4.1 Considerações finais .....	72
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	76
	ANEXOS .....	79

## INTRODUÇÃO

“Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei.” O artigo VII da Declaração Universal dos Direitos Humanos, garante direitos iguais aos cidadãos, porém os que residem em favelas e periferias padecem de serviços básicos que garantem cidadania apenas à outra parcela da sociedade. Na Constituição Federal de 1988 também estão previstos direitos básicos como educação, saúde e moradia, porém o Estado não só falha no oferecimento destes direitos como, com uma suposta política de segurança pública, que transmite uma determinada sensação de segurança para uma parcela abastada da população, através do controle sob a outra com uma política violenta, traz medo e morte à população preta, favelada e periférica.

O contexto histórico das favelas, sobretudo do Rio de Janeiro, está intrinsecamente ligado ao processo histórico do povo negro desde a abolição da escravidão. O abandono da população negra brasileira data da mesma época em que fora libertada, o fato a ser observado, no entanto, está na diferença entre as políticas adotadas em cada período e em como elas, mesmo distantes em tempo, convergem na deterioração da existência dessa comunidade e a atrofia num mesmo espaço. (NASCIMENTO, 1977)

Desde a libertação do povo negro, do abandono à sua própria sorte, houve ações do Estado que culminaram na manutenção e atualização das péssimas condições de vida dessa comunidade, incluindo a morte de seus integrantes. A falta de saneamento básico e coleta de lixo, por exemplo, em pleno ano de 2021 representa a mesma falta de estrutura de sempre nas favelas, o que, somado às outras faltas (educação, saúde, cultura e lazer) criam

péssimas condições de vida que, ainda assim, são piores para aquelas pessoas que se tornam vítimas de uma política de aprisionamento racialmente orientado, jogadas em um local insalubre e pouco assistido. (OLIVEIRA, 2015)

Um dos projetos de políticas públicas implementado nas favelas do Rio de Janeiro foi o projeto da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), criado no final de 2008 pela Secretaria Estadual de Segurança do Rio de Janeiro durante a gestão do então governador Sérgio Cabral e teria o objetivo de introduzir a polícia militar no cotidiano dos moradores de favelas. A primeira unidade foi implantada na Favela Santa Marta, em Botafogo, zona Sul do Rio, em 19 de dezembro de 2008. A experiência no Morro Santa Marta tornou-se referência para a atuação das unidades e indicava os caminhos para uma suposta política pública de segurança bem sucedida. No total foram implementadas 38 unidades, porém atualmente continuam em funcionamento 29 unidades.

A “ pacificação ” não seria realizada apenas através da segurança, sabendo disso o próprio projeto tinha a proposta de UPP Social, que coordenada pelo Instituto Pereira Passos (IPP) em parceria com a ONU Habitat, tinha o objetivo de promover o avanço urbano, social e econômico das favelas junto às UPPs. Assim, a presença do Estado iria além da segurança e incluiria saneamento básico, coleta de lixo, educação e saúde, entre outros serviços públicos. Porém, apesar da existência da proposta, sendo inclusive implementada em algumas UPPs, são poucas as evidências de que as demandas por serviços públicos nas favelas foi respondida, além de mostrar que a UPP Social foi subordinada à política violenta da UPP,

mostrando não haver “ pacificação ” e muito menos o “ social”. (MELO, 2020)

Todas essas questões dissertadas até aqui dialogam com a obra “O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado, de Abdias Nascimento”<sup>1</sup>. Após 43 anos da chegada da obra ao Brasil, o tema que foi reconhecido pelo Estado apenas em 2016<sup>2</sup>, o genocídio da população negra é algo ainda latente. Em seu livro, Abdias apresenta críticas importantes a elementos que ajudaram na consolidação do racismo, como o mito da democracia racial, a sua interpretação da formação social brasileira e o estilo racista que impacta de maneira singular o ser negro, o uso do branqueamento como uma estratégia de genocídio dos negros, a fim de limpar uma suposta “mancha negra” e a exclusão dessa população ao acesso a direitos de toda sorte, incluindo os mais básicos. Portanto a partir da correlação com a obra, este trabalho buscará amarrar o conceito de modo a fomentar um debate necessário ao campo da arquitetura e urbanismo: a existência de territórios da cidade onde o genocídio do povo negro ocorre de forma naturalizada, inclusive fortalecendo ações que são apontadas como urbanisticamente positivas para a cidade.

---

<sup>1</sup> Ao assinar, o autor escrevia “Abdias Nascimento” e dava preferência a essa forma, mas o nome Abdias do Nascimento, também era usado. Observando a inconsistência em citações e publicações, em 2004 ele solicitou ao IPEAFRO, instituto que criou e que guarda seu acervo, que uniformizasse a grafia do seu nome sem a preposição. Nota da edição do livro em 2016.

<sup>2</sup> A expressão “genocídio” aparece no Capítulo 1 do relatório do Fórum Permanente pela Igualdade Racial (Fopir), cujo título é “O genocídio da população negra”. O documento explica em sua conclusão porque trata como genocídio: é entendido que o Estado é responsável, direta ou indiretamente, pela morte da população jovem e negra.



## CAPÍTULO 1



## O GENOCÍDIO POR ABDIAS

### 1.1 Abdias Nascimento

Abdias foi um artista plástico, poeta, escritor, dramaturgo e político, sendo o primeiro deputado negro brasileiro, nasceu em Franca, São Paulo em 1914. Militante na luta contra discriminação racial e pelo reconhecimento da cultura negra, teve seu ingresso na causa em 1930 quando atuou na Frente Negra Brasileira, onde lutou contra a segregação racial em estabelecimentos comerciais na cidade de São Paulo. Em 1938 organiza junto a um grupo de militantes negros em Campinas, SP, o Congresso Afro- Campineiro com o objetivo de discutir e organizar formas de resistência à discriminação racial. Em 1944 realiza um de seus maiores feitos, a criação do Teatro Experimental do Negro (TEN), incomodado com a representação do negro em atuações ser sempre com papéis de subserviência ou representados por pessoas brancas de pele tingida de preto, o teatro traz ao negro o protagonismo em seus espetáculos, além de cursos de alfabetização, treinamento dramático e cultura geral para os participantes da entidade. O teatro abre novas portas para a população preta como o patrocínio da Convenção Nacional do Negro em 1945-46 que propôs à Assembléia Nacional Constituinte em 1946 a inclusão de políticas públicas para a população afro-descendente e um dispositivo constitucional definindo a discriminação racial como crime de lesa-pátria<sup>1</sup>, que infelizmente não fora aprovado.

---

<sup>1</sup> Art. 9º - Tentar submeter o território nacional, ou parte dele, ao domínio ou à soberania de outro país. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17170.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17170.htm).

Em 1946 participou da fundação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Rio de Janeiro, e em 1948, dentro do partido, ajudou a fundar o Movimento Negro do PTB. Em 1950 acontece o 1º Congresso do Negro Brasileiro evento realizado pelo TEN, tendo Abdias à frente. Sofrendo com pressões e alvo de vários inquéritos policiais militares, se vê obrigado a deixar o país em 1968. Mesmo no exílio participou também da formação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), no qual, em 1981 funda a Secretaria do Movimento Negro.

Durante seu mandato como primeiro deputado federal afro-brasileiro (1983-87) dedicou-se à luta contra o racismo, apresentando projetos de lei definindo o racismo como crime e criando mecanismos de ação compensatória para construir a verdadeira igualdade para os negros na sociedade brasileira. Abdias faleceu com 97 anos no Rio de Janeiro em 2011, após dedicar sua vida em busca dos direitos a uma existência digna para a população preta, indicado duas vezes ao prêmio Nobel Paz, em 1978 e em 2010, recebeu ainda outras indicações e prêmios pelo conjunto de sua obra artística, intelectual e político ativista.

Em 1976, Abdias ainda em exílio devido à ditadura militar no Brasil, foi convidado pela Universidade de Ife, Ile-Ife, Nigéria, para ser Professor Visitante no Departamento de Línguas e Literaturas Africanas, onde permaneceu por um ano no cargo. Em 1977 ainda na Nigéria, participa como observador do Segundo Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas, realizado em Lagos. Neste colóquio, denuncia a situação de discriminação racista vivida pelo negro no Brasil, através das páginas do ensaio aqui estudado. Nas suas conclusões aponta ao colóquio recomendações sobre providências cabíveis ao governo brasileiro,

como gesto de colaboração com a população negra brasileira.

Ressignificar a palavra genocídio, para Abdias Nascimento, significou compreender mais campos de conflito do que os que imaginamos quando pensamos objetivamente, e erroneamente, em violência física. Para Abdias, o processo de genocídio do negro brasileiro dá-se através do tempo com as mais diversas formas de exclusão, seja física, cultural, moral ou psicológica, de modo que ganha ainda mais significados a palavra central da problemática. Este trabalho pretende contribuir nesta direção a partir de apontamentos que ajudem a evidenciar uma condição urbanística deste genocídio.

## 1.2 O conceito de genocídio por Abdias

“uma extremamente perigosa mística racista, cujo objetivo é o desaparecimento inapelável do descendente africano, tanto física, quanto espiritualmente, através do malicioso processo do embranquecer a pele negra e a cultura do negro” (NASCIMENTO, 2016 p.49-50).

O conceito proposto por Abdias incide na história do Brasil, de modo que as estratégias utilizadas para formular uma sociedade igualitária - ao menos em teoria, construíram as desigualdades sociais, sobretudo a racial, que conhecemos hoje. Por genocídio, podemos compreender o mito da democracia racial, o que causa uma falsa sensação de igualdade e certa tranquilidade alienadora à população. Sobre o não reconhecimento do abismo social no campo de raça e história, estão costumes e crenças que fomentam no inconsciente o afastamento do negro de suas raízes, sobretudo pela forma historicamente condicionada pela miscigenação forçada (estupro das mulheres pretas pelos colonizadores brancos). Ou seja, o modo como o negro se veste, cultua seus deuses, pratica seus rituais se relaciona política e afetivamente, e como entende sua própria comunidade, fora alterado pelo embranquecimento deliberado da população.

“[...]institucionalizado de forma eficaz nos níveis oficiais de governo, assim como difuso e profundamente penetrante no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. Da classificação grosseira dos negros como selvagens inferiores, ao enaltecimento das virtudes da mistura de sangue como tentativa de erradicação da “mancha negra” (NACISMENTO, 2016 p.111).

Miscigenar povos culmina num esquecimento e afastamento de raízes culturais, espirituais e filosóficas para pelo menos uma das duas culturas envolvidas, quando existe ainda uma relação de opressão entre povos, entende-se que este afastamento cultural pende para a comunidade oprimida, e não para a opressora. Embasar a cultura de um país em tamanha opressão, no entanto, gera problemas estruturais e desigualdades exorbitantes, reproduzidas gerações após o início do processo de miscigenação.

### 1.3 Genocídio do negro brasileiro e urbanismo

As medidas socioeconômicas e políticas tomadas acerca do embranquecimento da população impediram que as pessoas antes escravizada pudesse se tornar economicamente ativa e muito menos proprietária e protagonista do espaço e do território. Se por um lado ocorriam benefícios, sejam materiais ou simbólicos para a população branca, por outro, havia a falta de oportunidades e a inferioridade socioeconômica e política da população preta. A Lei Áurea os dizia livres, mas não houve medidas que garantiram a cidadania. Esta população que, por sinal, contribuiu com sua força de trabalho para consolidação dos grandes centros urbanos, como Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro, em formação ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX. Além de toda a sua contribuição cultural, que constitui parte da formação identitária desses territórios. (OLIVEIRA, 2015)

A origem das favelas está ligada às formas de discriminação e criminalização do povo pobre, sobretudo negro, que vivia em áreas marginalizadas da cidade do Rio de Janeiro. O tecido demográfico e social do Rio de Janeiro está fundado numa divisão sistêmica, que fez com que ricos e brancos se alocassem em áreas construídas, com maior mobilidade urbana e facilidades como comércio e mercado de trabalho. Em contrapartida, pobres e negros, em sua maioria, foram removidos de maneira ampla das áreas centrais, onde ocupavam áreas insalubres e sem urbanização adequada, e acabam alocados, em sua maioria, em áreas distantes de centros comerciais ou até mesmo de transporte que os levassem a esses locais abastados.

“Se os negros vivem nas favelas porque não possuem meios para alugar ou comprar residência nas áreas habitáveis, por sua vez a falta de dinheiro resulta da discriminação no emprego. Se a falta de emprego é por causa de carência de preparo técnico e de instrução adequada, a falta dessa aptidão se deve à ausência de recurso financeiro. Nesta teia, o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação - no emprego, na escola - e trancadas as oportunidades que lhe permitiriam melhorar suas condições de vida, sua moradia, inclusive...o fator racial determina a posição social e econômica na sociedade brasileira.” (NASCIMENTO, 2016 p.101)

Portanto, é preciso compreender que a segregação socioespacial que vivemos no Brasil não é apenas uma questão socioeconômica como apontada por parte hegemônica da literatura acadêmica nacional, mas também étnico racial. Para ilustrar a disparidade espacial que aparenta ser um produto histórico, o estudo realizado pelo então estudante de Geografia da USP, Hugo Nicolau Barbosa de Gusmão, baseado no censo do IBGE de 2010, mostra a segregação racial na cidade do Rio de Janeiro, onde há na zona sul uma concentração de pessoas brancas que representa 83% da população que reside nesse espaço, enquanto os pretos e pardos estão concentrados na zona norte e oeste, principalmente nas periferias, evidenciando a escassez de pessoas pretas nas áreas mais estruturadas da cidade, o que é decorrência de um processo histórico urbanístico de remoções e segregação.

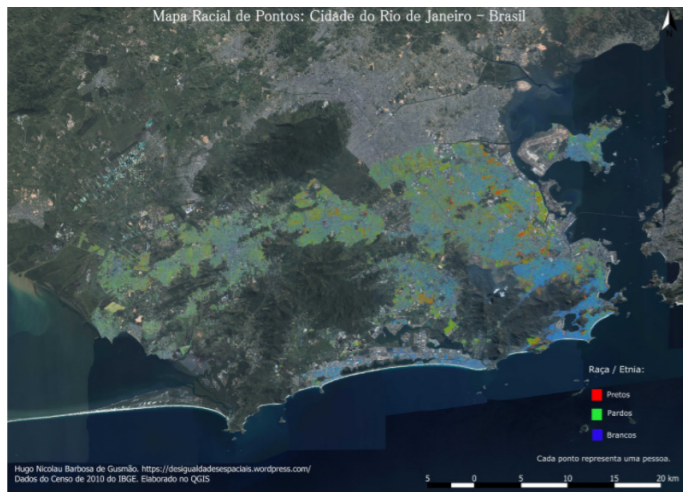


Figura 2: Mapa racial de pontos: Cidade do Rio de Janeiro - Brasil. Elaborado por Hugo Nicolau Barbosa Gusmão. Disponível em: < <https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/2015/11/04/mapa-racial-da-cidade-do-rio-de-janeiro/>>

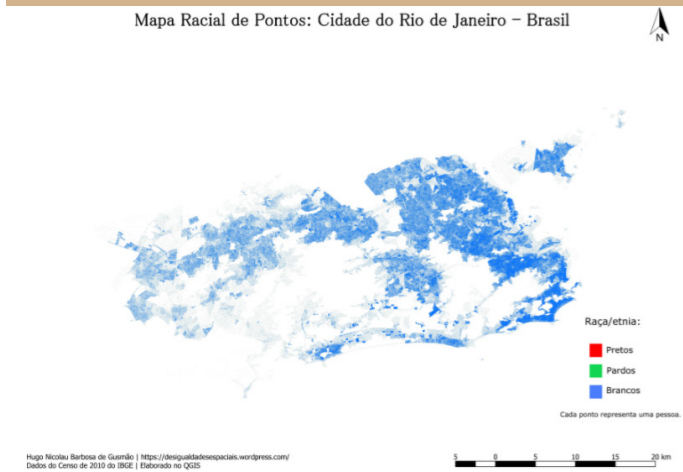


Figura 3: Mapa racial de pontos: Cidade do Rio de Janeiro - Brasil- População branca. Elaborado por Hugo Nicolau Barbosa Gusmão. Disponível em: < <https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/2015/11/04/mapa-racial-da-cidade-do-rio-de-janeiro/>>

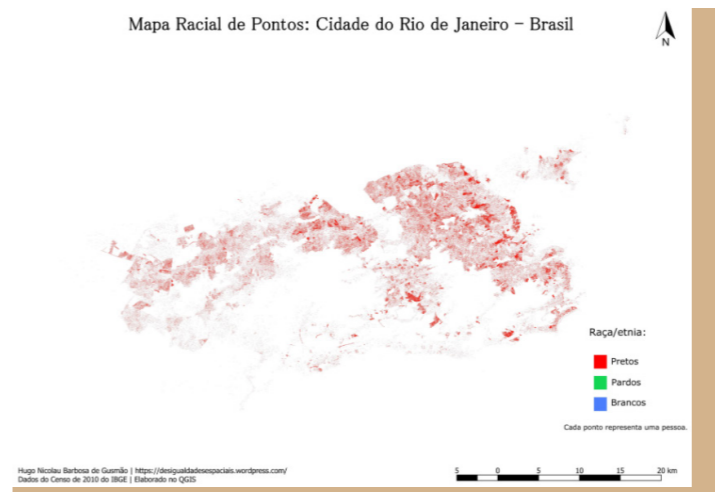


Figura 4: Mapa racial de pontos: Cidade do Rio de Janeiro - Brasil- População preta. Elaborado por Hugo Nicolau Barbosa Gusmão. Disponível em: < <https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/2015/11/04/mapa-racial-da-cidade-do-rio-de-janeiro/>>

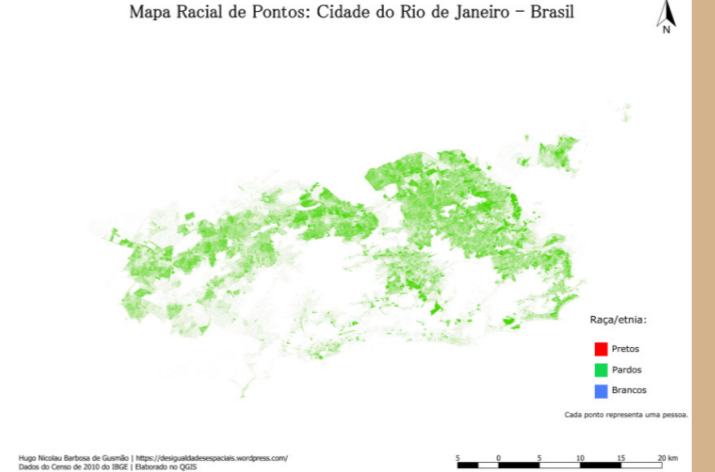


Figura 5: Mapa racial de pontos: Cidade do Rio de Janeiro - Brasil- População parda. Elaborado por Hugo Nicolau Barbosa Gusmão. Disponível em: < <https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/2015/11/04/mapa-racial-da-cidade-do-rio-de-janeiro/>>

## CAPÍTULO 2



## UPP, PACIFICAÇÃO PARA QUEM?

### 2.1 Criação e implementação

As diferentes políticas de urbanização que ocorreram na cidade desde a libertação das pessoas escravizadas e da proclamação da república alimentaram, cada um à sua maneira, a manutenção do racismo e o reforço da segregação. Neste trabalho será estudado uma das políticas que integraram o projeto de cidade oriundo do “planejamento estratégico” que culmina com a implementação de projetos urbanos atrelados à realização de “mega eventos” esportivos. No caso do Rio de Janeiro, que sediou inúmeros eventos (Panamericano, Jogos Mundiais Militares, Copa das Confederações, Copa do Mundo e Olimpíadas) houve um política complementar, de segurança pública, que surgiu como suporte a esta estratégia urbanizadora: as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

O projeto foi criado na gestão do governador Sérgio Cabral, e conduzido pelo então secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, datado de 2008, quando teve sua primeira unidade implantada no Morro Dona Marta, favela localizada em Botafogo, bairro da Zona Sul do Rio. O programa indicava como um dos seus objetivos<sup>1</sup> dar um fim à violência comandada pelas facções de tráfico de drogas nas favelas da cidade, tirando assim esses territórios das mãos do poder paralelo e tomando não mais com uma política de confronto mas sim com uma política de ocupação e pacificação. Essas seriam estruturas independentes dos batalhões a fim de desenvolver uma nova forma de atuar, através de um policiamento comunitário.

<sup>1</sup> O DECRETO Nº 42 787, DE 06 DE JANEIRO DE 201A, que dispõe sobre a implementação, estrutura, atuação e funcionamento das UPPs. Disponível em: < [http://www.silep.planejamento.rj.gov.br/decreto\\_42\\_787\\_-\\_060111.htm](http://www.silep.planejamento.rj.gov.br/decreto_42_787_-_060111.htm)>



A primeira unidade do projeto foi reconhecida como de fato um modelo a ser seguido, a UPP Santa Marta, além de receber em seu início policiais treinados para esta forma de atuação que não a de enfrentamento, teve ainda a implementação de projetos sociais, obras de urbanização, implementação de Clínica da Família, uma Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), um plano inclinado que leva ao mirante no alto do morro e movimentou o turismo, casas novas que substituem barracos de madeira. Esses fatos pareciam ser o início de um projeto promissor, porém um dos pontos esquecidos é de que cada lugar é único e as implementações também deveriam levar em consideração esse fato.

Outro ponto importante que apontava rumo ao sucesso foi o anúncio da queda dos índices de violência, mortes e confrontos, entre os anos de 2008 e 2012 (mais à frente vamos detalhar estes índices e algumas de suas contradições). Efeito este percebido até mesmo pela ONU em seu relatório anual de homicídios em 2013: “Dados oficiais atestam a diminuição das taxas de homicídios, bem como as taxas de roubos, desde o início do programa UPP (...). As áreas que contam com o programa mostraram uma diminuição maior nos registros desses crimes do que a registrada na cidade do Rio ” (RESENDE, 2018), trecho do documento. Porém, apenas de pacificação se constrói segurança pública? Que parcela da população recebe essa “segurança”? Esse projeto de fato simboliza um progresso ou um fracasso ainda não admitido pelo Estado?

## 2.2 UPP Social

Sendo a política de “pacificação” , uma maneira de conectar a segurança pública com os temas de cidadania, o programa UPP Social <sup>2</sup>, proposto em 2010, a princípio pelo estado e, posteriormente, transferido para prefeitura do Rio em 2011, era coordenado pelo Instituto Pereira Passos (IPP) em parceria com a ONU Habitat. O mesmo, tinha o intuito de produzir informações sobre as necessidades das favelas ocupadas por UPPs, buscando assim articular melhorias nos serviços públicos ausentes ou de baixa qualidade, sendo esses além de segurança, saneamento básico, educação, saúde, entre outros. Quando a UPP estivesse instalada, esse projeto também se instalaria buscando realizar o levantamento de dados, seria assim um complemento do projeto principal. Porém, como já dito, apesar de tentar ser implementado em algumas unidades, acabou sendo subordinado à política da UPP, que como provado posteriormente, não tinha essa preocupação social.

Mais um feito nesse cunho social foi a regularização fundiária que ocorreu principalmente em favelas onde estavam presente as UPPs, em 2014 foi comemorado pelo governo a regularização de 25 mil imóveis localizados nessas áreas. Porém devido a crise do ano seguinte o programa que deveria ter recebido 1 milhão de reais para sua manutenção <sup>3</sup>, acabou não recebendo o aporte, nos anos subsequentes o mesmo aconteceu, o que segundo a

<sup>2</sup> Apresentação oficial do programa UPP Social em outubro de 2013. Disponível em: < <http://www.rio.rj.gov.br/documents/91329/e34c132d-ada5-4aa6-8fdd-971507e85654>>

<sup>3</sup> Dados recolhidos pela Agência Lupa. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/12/22/upp-10-anos/>>

Secretaria de Fazenda e Planejamento do RJ, fez com que o programa tivesse seu desempenho comprometido. Houve ainda a implementação de Bibliotecas-Parque, que ocorreram em Manguinhos e no Complexo de Alemão, zona norte, e Rocinha, zona sul.

Todas elas encontram-se atualmente fechadas, a do Alemão sendo a primeira a fechar, as outras duas fechadas devido ao agravamento da crise em 2016, chegaram a reabrir no fim de 2017, porém encontram-se novamente fechadas sem previsão de retorno. As Bibliotecas-Parque são espaços de cidadania para favelas, pensados a partir da experiência das cidades de Bogotá e Medellín, espaços com grandes participações de jovens, onde os acessos ali à educação e cultura poderiam mudar suas trajetórias de vida. Este projeto também não foi implementado em outras favelas com UPP, segundo o governo, por conta de restrições orçamentárias e financeiras.

### 2.3 Declínio

Todas as tentativas aqui demonstradas foram embargadas devido a uma política de cortes de gastos direcionada a um “equilíbrio fiscal” e, sobretudo, devido ao prazo de validade das ações tomadas durante o período dos megaeventos, isto é, ao final destes eventos, diversas pláticas relacionadas a eles também acabaram, como os gráficos mais à frente ajudarão a comprovar no que diz respeito ao genocídio do povo negro.

Assim, houve falta de qualidade, de manutenção e até mesmo existência de políticas que fossem além de segurança, como o fechamento de diversas unidades, além disso, deixou de ser uma política de pacificação para ser um palanque eleitoral, uma forma de manutenção do poder político e econômico dos então governantes. O crescimento rápido e sem um preparo adequado, fez com que cada vez mais as unidades se afastassem do modelo criado no Dona Marta<sup>4</sup>, não houve preocupação em revisar o que tinha dado certo e o que não nas primeiras unidades antes que outras pudessem enfim ser criadas. Com os policiais, não houve tempo para um preparo ideal para cobrir a demanda das áreas de implementação. Dados divulgados pelo laboratório de dados da plataforma Fogo Cruzado a pedido da Agência Lupa, evidenciam que a crise no Estado do Rio de Janeiro pode ter contribuído para o retorno da violência na favela Santa Marta, que desde 2008 não sofria com tiroteios, mas em 2016 voltou a conviver com esta realidade.

---

<sup>4</sup> Nem mesmo no Dona Marta houve manutenção adequada do programa, os projetos não foram continuados, famílias removidas ficaram sem opção de moradia e até hoje há ruína de projeto habitacional que nunca foi concluído. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/12/24/construcao-de-predio-para-moradores-da-favela-santa-marta-em-botafogo-ficou-so-na-promessa.ghtml>>



Santa Marta - 05 de julho de 2016 às 14 hrs do dia 12 de dezembro de 2018				
Mês/ano	Tiroteios/Disparos	Presença Policial	Mortos	Feridos
Setembro/16	1	0	0	0
Outubro/16	1	0	0	0
Fevereiro/17	1	0	0	0
Março/17	5	0	1	0
Maior/17	1	0	0	0
Junho/17	3	0	0	0
Julho/17	6	0	0	1
Agosto/17	9	1	0	0
Setembro/17	7	1	0	1
Outubro/17	1	0	0	0
Novembro/17	3	0	0	0
Dezembro/17	2	1	0	0
Janeiro/18	3	1	0	0
Fevereiro/18	4	0	0	0
Abril/18	1	0	0	0
Junho/18	2	0	0	0
Julho/18	8	2	0	0
Agosto/18	15	4	1	0
Setembro/18	3	1	0	1
Outubro/18	6	0	0	0
Novembro/18	1	0	0	0
Dezembro/18	2	1	0	1
Total Geral	85	12	2	4

Tabela 1: Tabela tiroteios Santa marta de 2016 a 2018. Fonte: O Fogo Cruzado é um Data lab, laboratório de dados sobre violência armada, que agrega e disponibiliza informações através de um aplicativo e mapa colaborativo \* Presença de Agentes: Situações em que são percebidas a presença de agentes de segurança durante o tiroteio/disparo. Exemplo: Operação, Ação, Assalto a agentes etc.

A permanência do comportamento violento e discriminatório da polícia, além de gerar um distanciamento da comunidade, fez com que as práticas violentas começassem a ser utilizadas nas UPPs. A então polícia que deveria estar ali para proteger passou a ser vista como inimiga, fazendo com que os moradores vivessem em tensão e os casos de abuso voltassem a crescer. Um caso emblemático foi o do pedreiro Amarildo de Souza, em julho de

2013, um homem negro que foi torturado e morto por policiais da UPP da Rocinha e não teve sequer seu corpo encontrado.<sup>5</sup> Junto a esse aumento do abuso policial, veio também o aumento dos confrontos nas favelas.

No próximo capítulo vamos tratar de uma evidência do funcionamento descontinuado desta política de pacificação territorial. A partir do levantamento dos dados relativos a execução de pessoas por agentes do estado do Rio de Janeiro (é esse mesmo o dado?) durante os anos de 2008 a 2020 nas regiões de UPP, tentaremos contribuir para o entendimento da finalidade urbanística desta política (relacionada à duração dos megaeventos) e para a identificação de territórios onde a prática de genocídio permanece como regra.

<sup>5</sup> O Major Edson do Santos, então comandante da UPP da Rocinha em 2013, foi condenado em 2016 juntamente com outros 12 PMs por tortura seguida de morte, ocultação de cadáver e fraude processual. Apesar de receber 13 anos de reclusão como pena, desde 2019 o Major encontra-se em liberdade condicional, e em janeiro de 2021 foi reintegrado aos quadros da Polícia Militar. Amarildo foi torturado e morto, sua família se quer teve um corpo para velar, como se já não bastasse, é apagado não apenas sua vida mas também o direito a justiça. Disponível em : < <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/02/02/major-condenado-por-tortura-e-morte-do-pedreiro-amarildo-e-reintegrado-a-policia-militar.ghtml> >

## CAPÍTULO 3



# PROCESSOS DE UM RACISMO URBANÍSTICO

## 3.1 A pacificação fora de lugar

Ao longo do estudo dos dados disponibilizados pelo ISP ( Instituto de Segurança Pública), buscou-se identificar o número de mortes em áreas de UPP em relação com a ocupação e a instalação destas unidades de polícia pacificadora, além dos eventos e fatores políticos que de alguma forma podem ter influenciado na quantidade de operações e, por consequência, de mortes, que aconteceram entre 2008 e 2020. Ocorreram 1.030 mortes em decorrência de operações ou ações envolvendo agentes do estado em áreas que à época eram, ou não, de UPPs.

As UPPs foram anunciadas como políticas de segurança eficazes, inúmeras manifestações na grande mídia indicavam seu sucesso, seus organizadores foram celebrados em diversas esferas<sup>1</sup> e até mesmo novela do horário nobre da principal rede de televisão teve cena de destaque de seu capítulo inicial representando, de forma romantizada, a implementação da UPP no Complexo do Alemão.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Tanto Sérgio Cabral quanto José Mariano Beltrame, foram homenageados pelo IAB como personalidade do ano, no site do IAB não localizamos essas informações, já nas seguintes notícias que comprovam:

Premiação do Sérgio Cabral, disponível em: <<https://www.sengers.org.br/noticia/456/iab-90-anos>>

Premiação do Beltrame, disponível em: <<http://arquiteturacidadeprojeto.blogspot.com/2014/12/jose-mariano-beltrame-e-museu-da-mare.html>>

Repúdio de coletivo de arquitetos a esta última premiação, disponível em: <<https://www.facebook.com/events/iab/rep%C3%BAdio-a-homenagem-do-iab-rj-ao-beltrame-1212-as-1900-no-iab-rj/1517437635193612/>>

<sup>2</sup> A implementação real foi uma ação que teve forte repercussão midiática ao ser transmitida ao vivo, com cenas explícitas de violência, comentaremos mais a seguir.

A segurança que as UPPs trouxeram, entretanto, estava fora de lugar, pois nas próprias favelas onde o programa foi implementado, as execuções por agentes do estado, mesmo que tenham, acabaram por prevalecer e, com o passar do tempo, voltaram à “normalidade”. Os gráficos abaixo ajudam a compreender estas relações. Vamos apresentar os levantamentos para, depois, trabalhar algumas avaliações mais detidas:

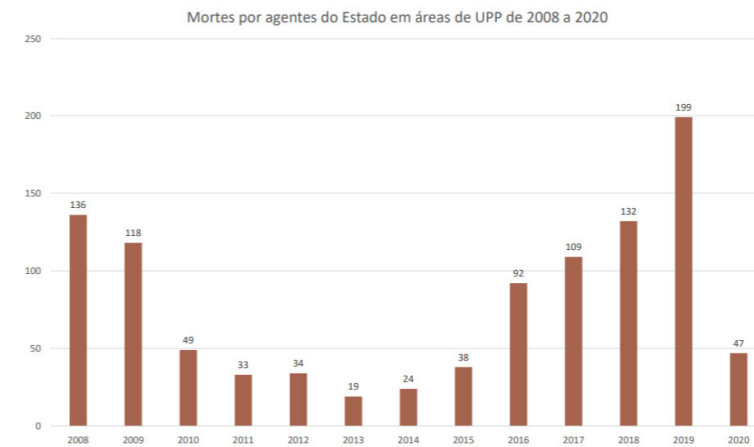


Gráfico 1: Mortes por agentes do estado em áreas de UPP de 2008 a 2020. Elaborado pela autora com base em dados do ISP. Disponível em: < <http://www.ispdados.rj.gov.br/UPP.htm>>

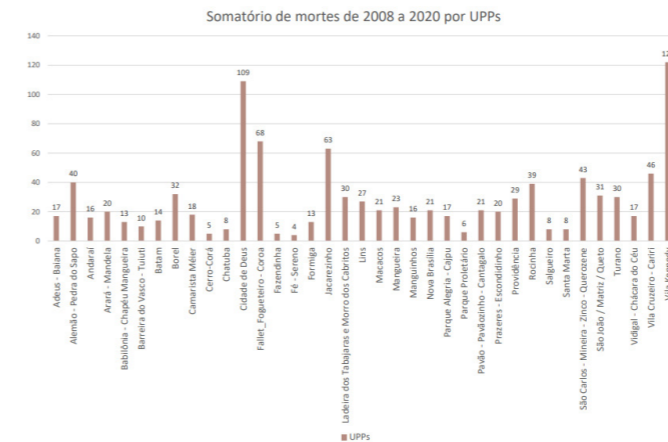


Gráfico 2: Somatório de mortes de 2008 a 2020. Elaborado pela autora com base em dados do ISP. Disponível em: < <http://www.ispdados.rj.gov.br/UPP.htm>>

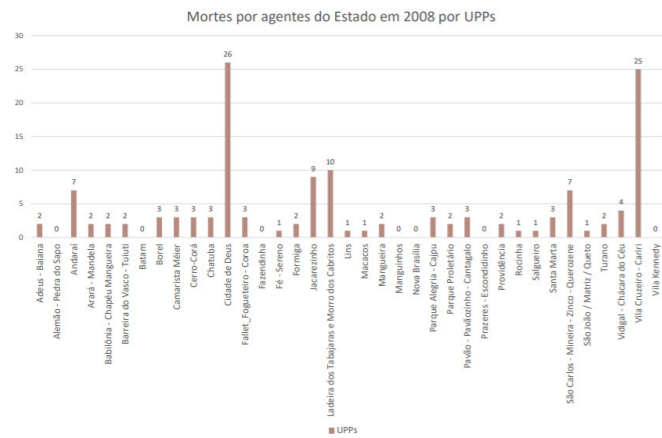


Gráfico 3: Mortes por agentes do estado em áreas de UPP em 2008. Elaborado pela autora com base em dados do ISP. Disponível em: < <http://www.ispdados.rj.gov.br/UPP.htm>>

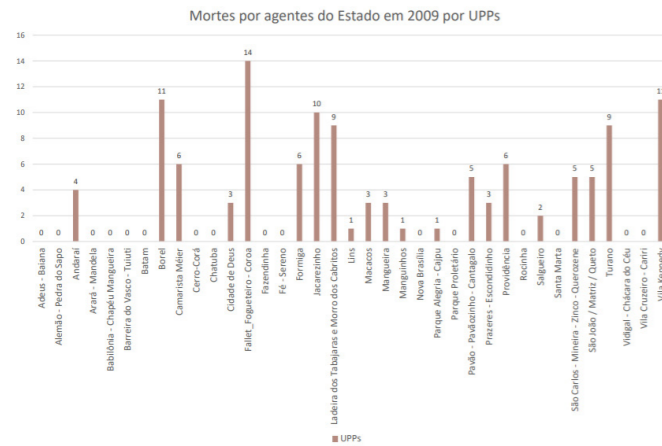


Gráfico 4: Mortes por agentes do estado em áreas de UPP em 2009. Elaborado pela autora com base em dados do ISP. Disponível em: < <http://www.ispdados.rj.gov.br/UPP.htm>>

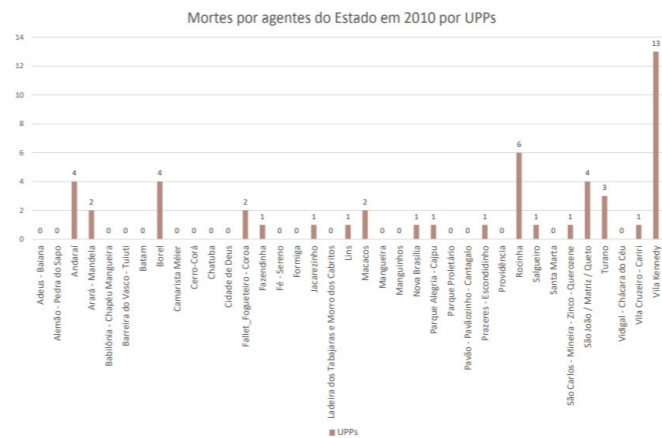


Gráfico 5: Mortes por agentes do estado em áreas de UPP em 2010. Elaborado pela autora com base em dados do ISP. Disponível em: < <http://www.ispdados.rj.gov.br/UPP.htm>>

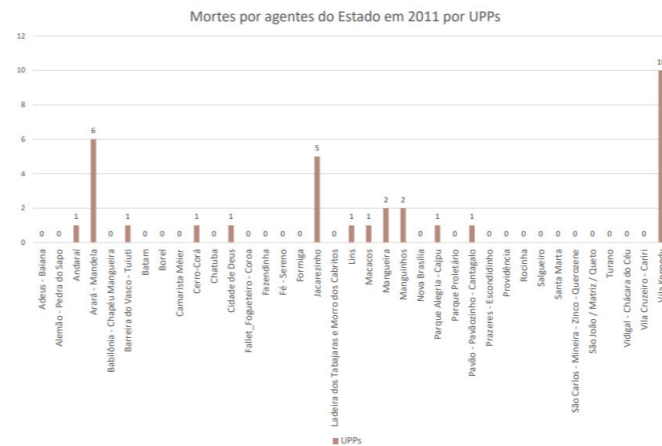


Gráfico 6: Mortes por agentes do estado em áreas de UPP em 2011. Elaborado pela autora com base em dados do ISP. Disponível em: < <http://www.ispdados.rj.gov.br/UPP.htm>>

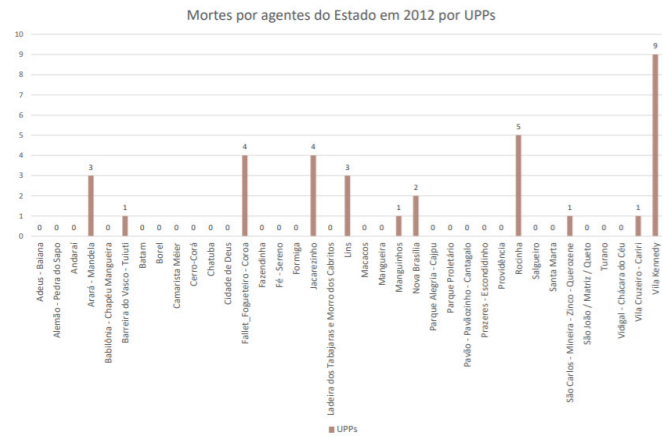


Gráfico 7: Mortes por agentes do estado em áreas de UPP em 2012. Elaborado pela autora com base em dados do ISP. Disponível em: < <http://www.ispdados.rj.gov.br/UPP.htm>>

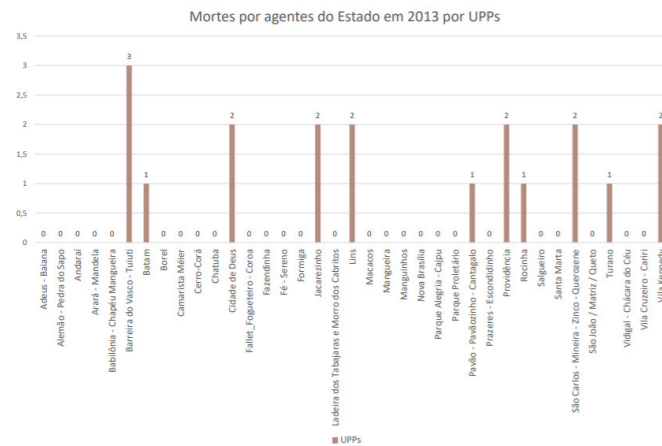


Gráfico 8: Mortes por agentes do estado em áreas de UPP em 2013. Elaborado pela autora com base em dados do ISP. Disponível em: < <http://www.ispdados.rj.gov.br/UPP.htm>>

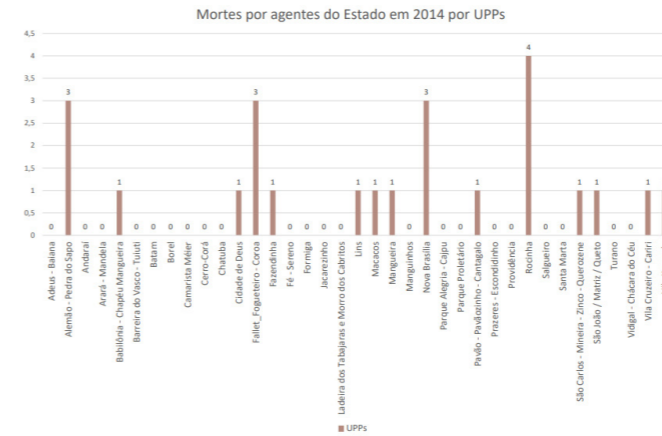


Gráfico 9: Mortes por agentes do estado em áreas de UPP em 2014. Elaborado pela autora com base em dados do ISP. Disponível em: < <http://www.ispdados.rj.gov.br/UPP.htm>>

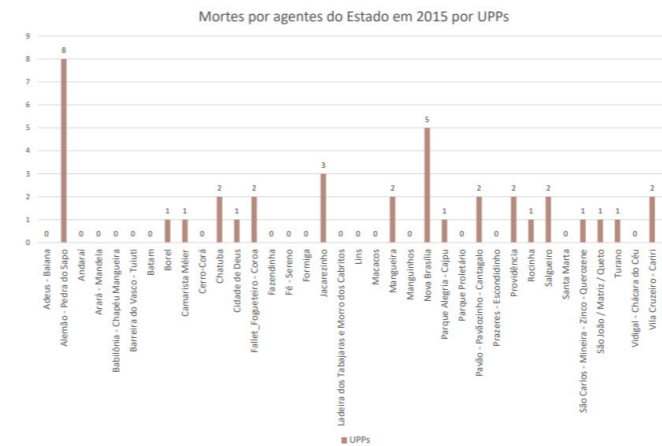


Gráfico 10: Mortes por agentes do estado em áreas de UPP em 2015. Elaborado pela autora com base em dados do ISP. Disponível em: < <http://www.ispdados.rj.gov.br/UPP.htm>>

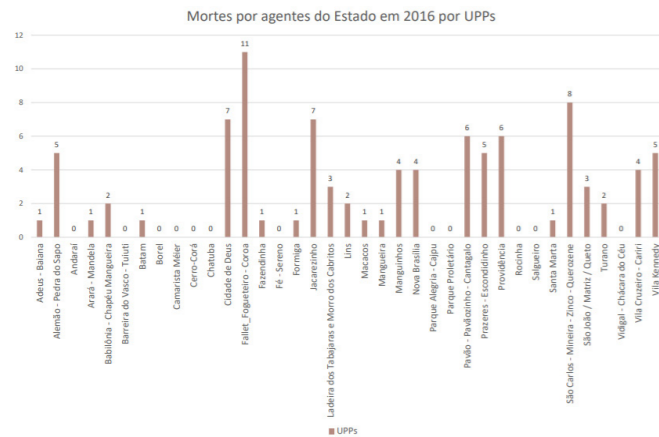


Gráfico 11: Mortes por agentes do estado em áreas de UPP em 2016. Elaborado pela autora com base em dados do ISP. Disponível em: < <http://www.ispdados.rj.gov.br/UPP.htm>>

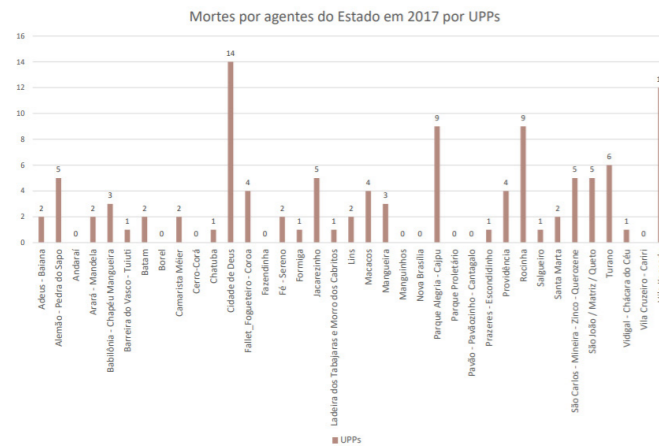


Gráfico 12: Mortes por agentes do estado em áreas de UPP em 2017. Elaborado pela autora com base em dados do ISP. Disponível em: < <http://www.ispdados.rj.gov.br/UPP.htm>>

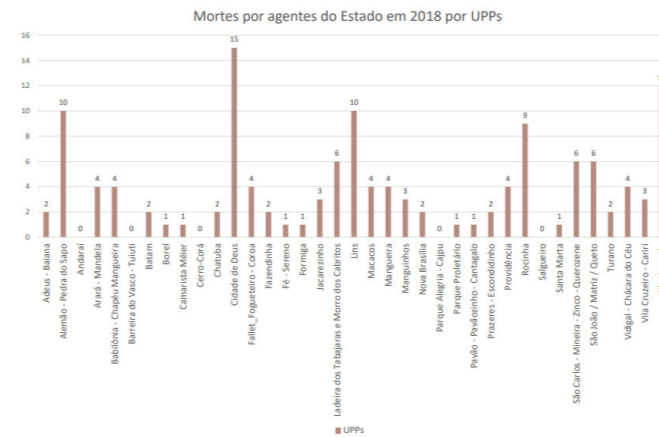


Gráfico 13: Mortes por agentes do estado em áreas de UPP em 2018. Elaborado pela autora com base em dados do ISP. Disponível em: < <http://www.ispdados.rj.gov.br/UPP.htm>>

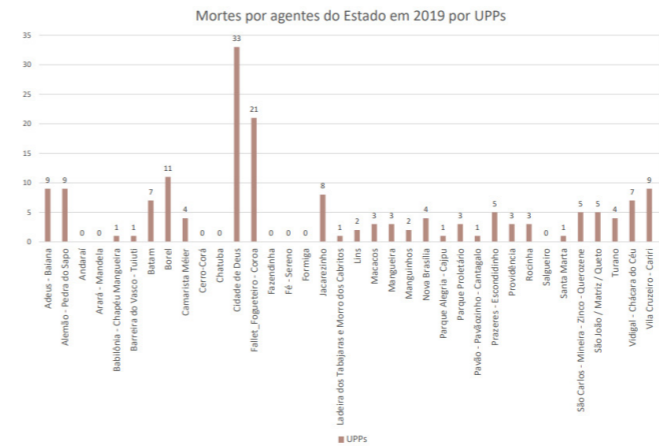


Gráfico 14: Mortes por agentes do estado em áreas de UPP em 2019. Elaborado pela autora com base em dados do ISP. Disponível em: < <http://www.ispdados.rj.gov.br/UPP.htm>>

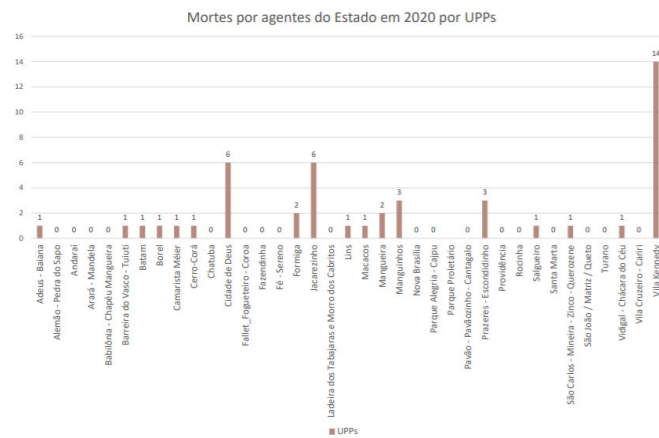


Gráfico 15: Mortes por agentes do estado em áreas de UPP em 2020. Elaborado pela autora com base em dados do ISP. Disponível em: < <http://www.isp-dados.rj.gov.br/UPP.htm>>

### 3.2 Início das ocupações: matar para pacificar

A partir de 2008, ano da implementação da primeira unidade de polícia pacificadora, alguns eventos que aconteceriam na cidade do Rio de Janeiro podem ter influenciado na maneira como ocorreram tanto as ocupações quanto as mortes. O Gráfico 1 identifica a disposição de mortes por cada ano, entre 2008 e 2020.

A começar por 2008 (Gráfico 3), o alto número de mortes provavelmente se deve ao início das ocupações para futuras instalações das primeiras UPPs, seguido por uma pequena queda em 2009 (Gráfico 4), que ainda assim apresenta um número considerável de mortes. Desmitificando a ideia de pacificação, já que ocorreram confrontos com mortes, a queda a

seguir suscita o entendimento de que, após o início dessas ocupações ser violento, enfim o governo conseguiu implementar um controle, ainda que instável, nessas regiões.

Apesar da queda, é também em 2010 (Gráfico 5) que ocorre a ocupação mais emblemática, a do conjunto de treze favelas do Complexo do Alemão, onde posteriormente, em 2012, seriam instaladas quatro unidades, nas favelas: Adeus, Alemão Pedra do Sapo, Fazendinha e Nova Brasília. Transmitida ao vivo nos maiores jornais nacionais, tomando nível de divulgação internacional, contou com a intervenção de agentes da Polícia Militar, Polícia Civil e Polícia Federal, além de homens do Exército, Marinha, Aeronáutica, e Força Nacional de Segurança Pública, fazendo-se uso de camburões, tanques, blindados, helicópteros e armamentos de guerra.

Essa operação não ocorreu apenas no Complexo do Alemão, mas também devido à fuga pelo matagal que liga este ao Complexo da Penha, ela se estendeu para algumas favelas da Penha, mais precisamente à Vila Cruzeiro, que conta com apenas uma morte neste ano, justamente no mês da ocupação, que ocorreu em novembro. Em contraponto com o tamanho da operação não foram divulgadas mortes nas favelas do Adeus e do Alemão-Pedra do Sapo, enquanto na Fazendinha e Nova Brasília, apenas uma morte em cada. Os dados oficiais não dão conta de mais que três mortos durante a ocupação, entretanto, uma matéria da Folha de 30 de novembro de 2010 conta o relato de familiares de pessoas mortas durante os conflitos, e somam pelo menos 30 mortes não divulgadas pelo governo.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0512201007.htm>



### 3.3 Rio de Janeiro e megaeventos: Segurança tem prazo

Os anos seguintes permanecem em queda e contam com os grandes eventos esportivos, que têm início em 2011, nos Jogos Mundiais Militares, além da Jornada Mundial da Juventude em 2013, ano que também contou com a Copa das Confederações, antecedendo a Copa do Mundo que ocorreu em 2014, e por fim, em 2016, as Olimpíadas. Independente do porquê houve o desgaste da política de pacificação, é possível identificar a durabilidade desse sistema apenas a curto prazo, pois teve um tempo limitado, chegando ao início da ruína junto do fim dos grandes eventos. Os dados apontam ser uma política feita para controle durante os eventos, e não uma política feita em prol das pessoas que moram nas favelas.

A localização dos megaeventos em áreas privilegiadas da cidade, principalmente centro, zona sul e grande Tijuca, fez com que as áreas de implantação das UPPs margeassem as mesmas.

“A implementação das UPPs se mostrou, então, como garantia para os investimentos nos bairros que possuem favelas “pacificadas”, o que se evidenciou, por exemplo, com a valorização do solo, aumento dos preços de IPTU e da venda e aluguel de imóveis. Dessa forma, a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora, juntamente com outras políticas de segurança [...] pode também ser entendida como uma política urbanística, visto que a implantação destas operações causam claramente um efeito indireto nas dinâmicas espaciais em sua área de atuação. (WEGLINSKI, 2018, p.59)

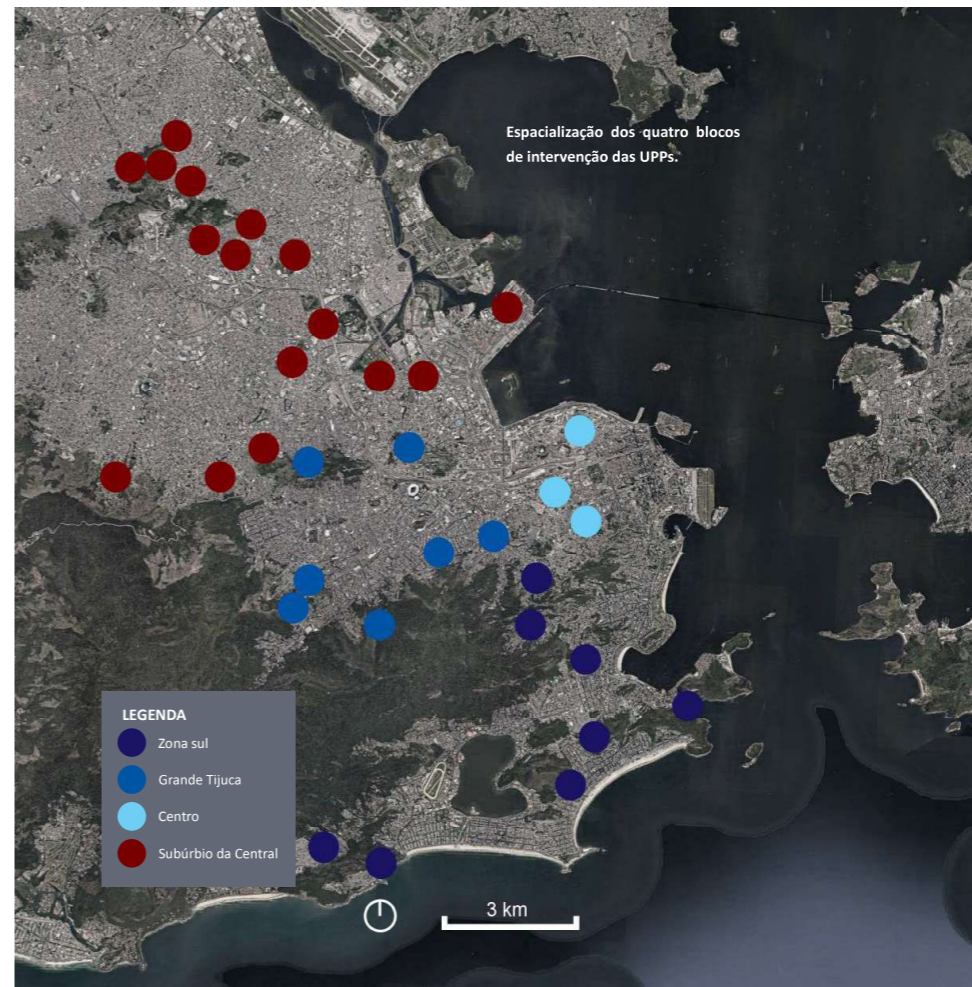


Figura 6: Mapa com a espacialização dos quatro blocos de Intervenção das UPPs. Elaborado por Johanna Weglinski .



Tudo isso nada mais é do que mais uma marca da suposta “democracia racial” , tão criticada por Abdias Nascimento, afinal, o propósito não era levar melhor qualidade de vida às pessoas que moram nas favelas, mas sim mantê-las em um território, de suposto controle, expondo-as não só a falsa sensação de segurança e a morte, mas também a outra camada do genocídio, que é o apagamento dessas pessoas mesmo que vivas. Junto da crise financeira, que teve início do final de 2015 (Gráfico 10) para o início de 2016 (Gráfico 11), como apontado anteriormente, houve um aumento não só nos confrontos mas também uma disparada no número de mortes.

Ainda em 2016 o país passa por um impeachment presidencial que muda a dinâmica política geral, e em 2018 (Gráfico 13) a intervenção militar na cidade do Rio de Janeiro <sup>4</sup>, deixou clara a relação entre a instabilidade política em esfera municipal, estadual e nacional, e mais uma vez a repetição do processo, onde uma política que diz trazer segurança para a cidade, e também promover intervenção nela como um todo, na realidade aumenta de forma brutal o número de mortes nas favelas, território dos pretos que são sitiados da cidade através de forças que deveriam ser de proteção para todos, mas que na realidade promove uma contenção dessa parte da população promovendo a imagem de segurança para a parcela que não vive nas periferias.

---

<sup>4</sup> DECRETO NO 9.288, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/d9288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9288.htm)>

No fim de 2018 Wilson Witzel <sup>5</sup> vence a eleição para o governo do estado anunciando publicamente que a “polícia vai fazer o correto: vai mirar na cabecinha e... fogo” , em entrevista ao jornal O Estado de S.Paulo. O Governador do Estado em 2018, também propôs asfaltar as favelas cariocas <sup>6</sup> para facilitar a entrada da polícia, ou seja, uma das propostas urbanísticas consistia, mais uma vez, em criar condições de permanência e ocupação do território da pobreza pela polícia que, como demonstrado, executa moradores destas regiões. O resultado desse desejo por repressão brusca ao crime organizado foi o ano de 2019 (Gráfico 14), que teve o maior número de mortes por policiais militares na história do Estado do Rio de Janeiro (1.810 mortes), sendo 199 delas apenas em áreas de UPP na cidade do Rio de Janeiro.

---

<sup>5</sup> Primeiro Governador do Estado do Rio de Janeiro a sofrer impeachment, desde junho de 2020 o cargo foi assumido por seu vice Cláudio Castro.

<sup>6</sup> Política anunciada na Casa Firjan no evento de lançamento do 27º Congresso Mundial de Arquitetos (UIA2020RIO), onde detalhou que começaria na Rocinha com um boulevard e anunciou o nome do programa oficialmente, que se chamaria : Cidade Comunidade. Programa esse que teria ainda outras intervenções previstas. Fonte: < <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/08/27/witzel-anuncia-programa-de-reurbanizacao-da-rocinha-que-preve-a-realocacao-de-7-mil-moradores.ghtml>>

### 3.4 2021 e a chacina do Jacarezinho

Em 2020, assim como em todo o mundo, as favelas também foram vítimas da pandemia da COVID-19, além de todas as questões de insalubridade, falta de acessos, e falta de políticas econômicas que fazem com que essa população seja mais prejudicada e atingida em meio à pandemia, a realidade dos confrontos e violência não foram interrompidas, tornando a situação ainda mais insustentável, genocídio este que agora ganha mais uma frente. Em busca de tentar frear os confrontos durante este período, foi sancionado acórdão relativo à ADPF 635 MC-TPI / RJ em 4 de agosto de 2020, pelo Supremo Tribunal Federal, indicando que:

- (i) que, sob pena de responsabilização civil e criminal, não se realizem operações policiais em comunidades do Rio de Janeiro durante a epidemia do COVID-19, salvo em hipóteses absolutamente excepcionais, que devem ser devidamente justificadas por escrito pela autoridade competente, com a comunicação imediata ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - responsável pelo controle externo da atividade policial;
- (ii) que, nos casos extraordinários de realização dessas operações durante a pandemia, sejam adotados cuidados excepcionais, devidamente identificados por escrito pela autoridade competente, para não colocar em risco ainda maior população, a prestação de serviços públicos sanitários e o desempenho de atividades de ajuda humanitária”<sup>7</sup>

<sup>7</sup> Texto completo do acórdão: <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=754312998&prcID=5816502>>

Vale ressaltar que as 47 mortes contabilizadas em 2020 são apenas até o mês de junho, apesar disso o número que ainda não está completo, representa 23,62% se comparado ao número de mortes do ano anterior, um número absurdo em qualquer circunstância, pois estamos falando aqui de vidas, mas se torna ainda mais problemático ao pensarmos que foi um ano atípico para o mundo e ainda com um decreto proibindo operações policiais neste período. Enquanto a população no geral está preocupada em não morrer com o vírus, esta parcela se preocupa não apenas com a pandemia, mas com todas as demais mortes e apagamentos que enfrentam ao longo de todos os anos.

Mesmo com o decreto ainda em vigência, visto que ainda estamos passando pela pandemia, recentemente, no dia 6 de maio de 2021, foi realizada uma mega operação na favela do Jacarezinho, que segundo seus idealizadores tinha o intuito de reprimir o aliciamento de menores de idade para o tráfico de drogas. A chacina resultou em 28 mortes, o que representa 44,4% de todas as mortes envolvendo agentes do estado na favela desde 2008, e superou a operação de 2007 no Complexo do Alemão que deixou 19 mortos. O Jacarezinho teve em 2014 o único ano sem qualquer morte registrada envolvendo agentes do estado, indicando como isso reforça a continuidade de uma política de genocídio, na medida em que apenas neste ano não houve mortes na região.

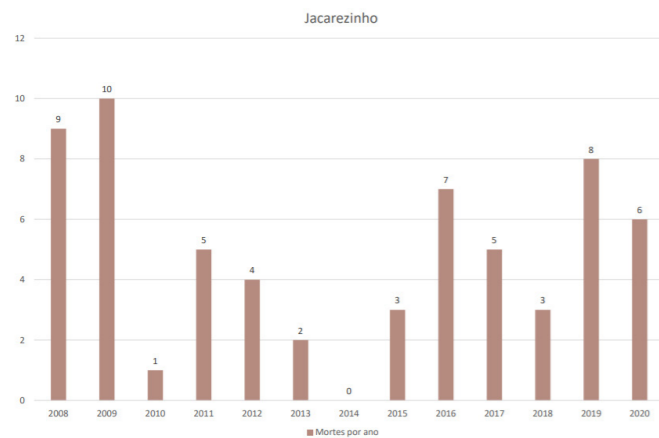
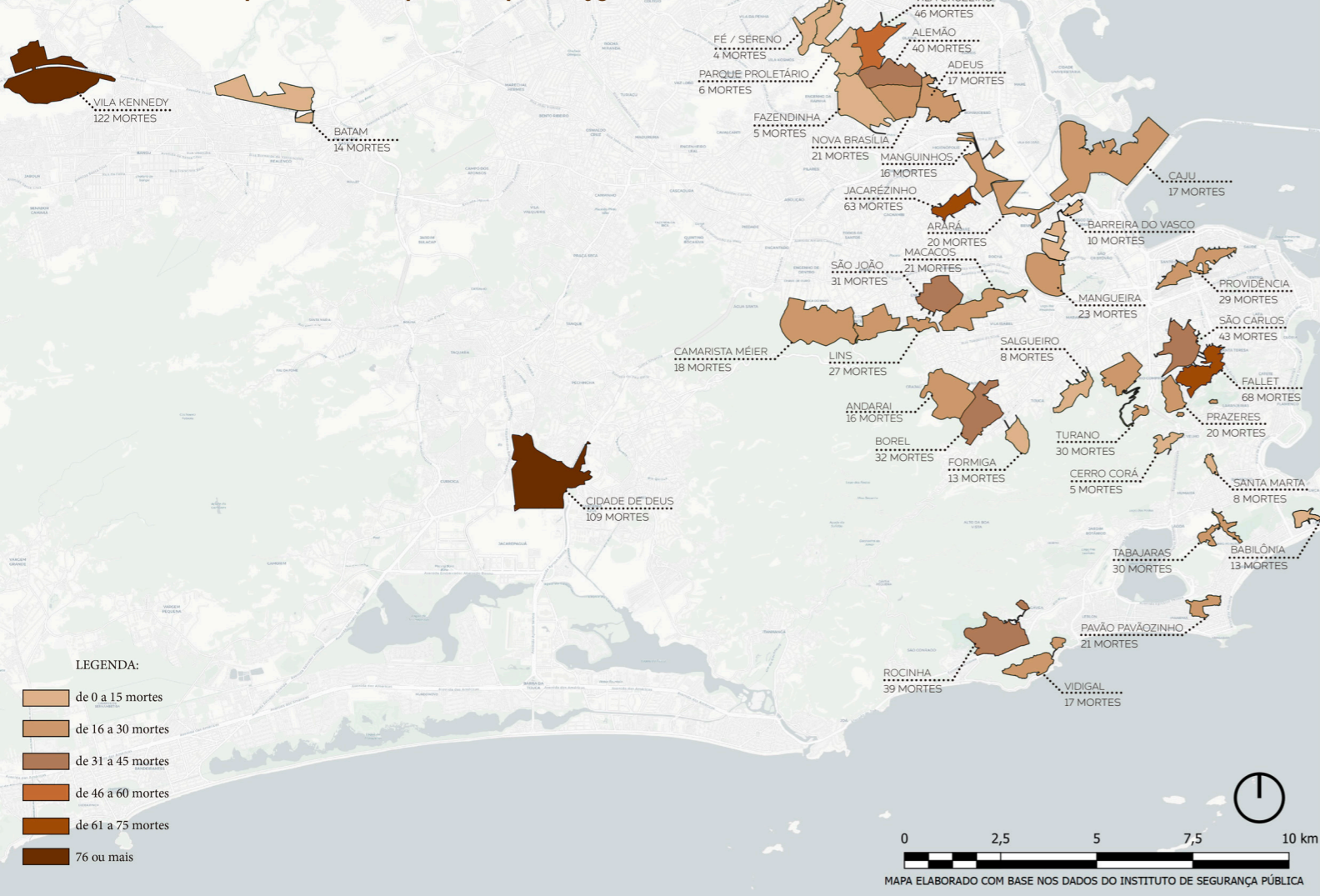


Gráfico 16: Mortes por agentes do estado na UPP Jacarezinho de 2008 a 2020. Elaborado pela autora com base em dados do ISP. Disponível em: <<http://www.ispdados.rj.gov.br/UPP.htm>>  
 Ano de ocupação: 2012  
 Ano da instalação: 2013

Após compreender algumas expressões contemporâneas do genocídio do povo negro no território da cidade do Rio de Janeiro, vamos retornar, junto às considerações finais, as recomendações feitas por Abdias na década de 1970 a fim de compreender melhor a continuidade do fenômeno apontado por ele. Antes analisaremos espacialmente como a disbruição territorial das UPPs influencia o número de mortes em cada região e reforça a ideia de prazo deste projeto.

Figura 7: Mapa de mortes por área de UPP de 2008 a 2020. Elaborado pela autora com base nos dados do ISP. Disponível em : < <http://www.ispdados.rj.gov.br/UPP.htm>>



### 3.5 Território

A primeira análise que podemos realizar ao observar o mapa é que a distribuição das unidades é realizada majoritariamente ao longo das zonas norte, sul e central da cidade, que parecem ter sido o foco da operação de controle do Estado. À zona oeste, restaram 3 das 38 unidades de polícia pacificadora sendo duas delas onde mais ocorreram mortes ao longo dos anos, desde a implementação da primeira UPP. Mostra-se, a partir do mapa, a relação entre o espaço e a quantidade de mortes.

A desigualdade entre a presença de UPP na Zona Oeste (região muito empobrecida da cidade) e o alto número de mortes na mesma região indica um reforço das políticas de segregação. A política anunciada como vanguardista no controle da violência da cidade não é implementada de modo proporcional nas regiões da cidade, deixando áreas mais pobres, e com altas taxas de violência, de fora. De acordo com Weglinski, 2018:

“segundo dados oficiais do Portal Geo da Prefeitura do Rio, encontram-se no norte da Área de Planejamento 3, na Área de Planejamento 5 e, principalmente, nos outros municípios que integram a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, áreas que são apenas parcialmente atingidas ou totalmente negligenciadas por essa política de segurança - tanto das UPPs como também das Unidades de Ordem Pública (UOPs). Ao contrário, as favelas selecionadas para a implementação desse projeto se concentram majoritariamente nas áreas que desempenham papel de centralidade na cidade, onde se encontram as elites (ou onde elas pretendem realizar seus investimentos),

levando em conta, dessa forma, a segregação sócio espacial severa que a cidade do Rio de Janeiro carrega. A violência, nesse sentido, pode ser apontada como sendo um critério secundário nesse projeto. (Weglinski, 2018, p.55)

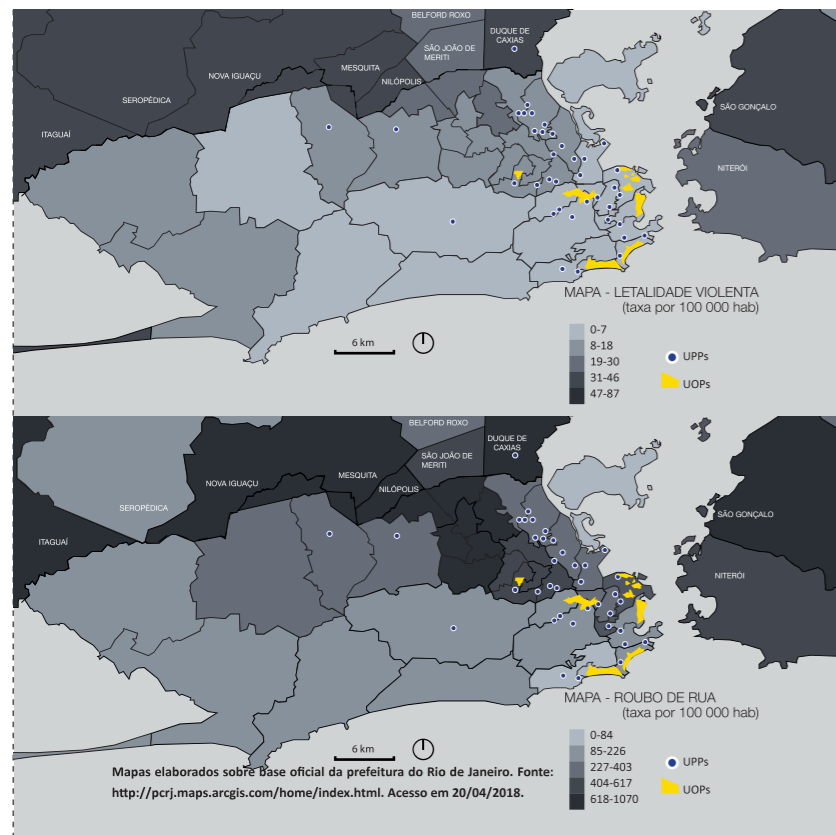


Figura 8: Mapa letalidade violenta. Elaborado por Johanna Weglinski .

Figura 9: Mapa roubo de rua. Elaborado por Johanna Weglinski .

Ao mesmo tempo, será nas UPPs localizadas nesta região que o maior número de mortes aconteceu, respectivamente Vila Kennedy (122 vítimas) e Cidade de Deus (109 vítimas). Do mesmo modo, nesta regiões houve praticamente uma manutenção continuada de mortes em todos os anos de existência da UPP, diferente de várias outras como, por exemplo, o Santa Marta (No morro Dona Marta).

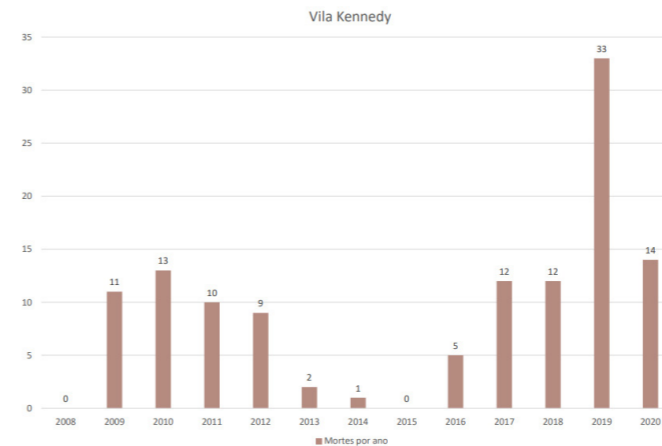


Gráfico 17: Mortes por agentes do estado na UPP Vila Kennedy de 2008 a 2020. Elaborado pela autora com base em dados do ISP. Disponível em: <  
<http://www.ispdados.rj.gov.br/>  
Ano da ocupação: 2014  
Ano da instalação: 2014  
Ano de extinção: 2018



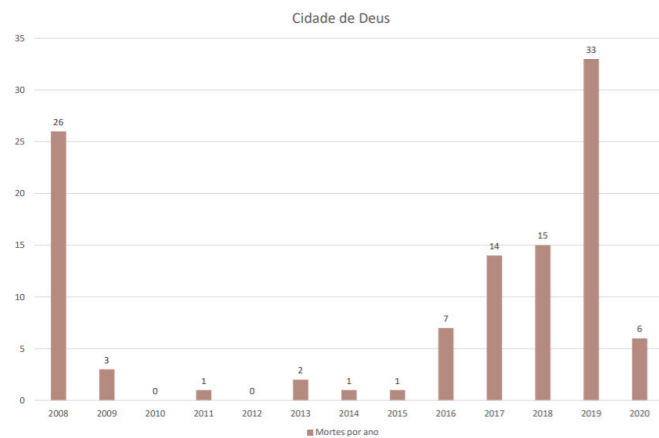


Gráfico 18: Mortes por agentes do estado na UPP Cidade de Deus de 2008 a 2020. Elaborado pela autora com base em dados do ISP. Disponível em:

< <http://www.ispdados.rj.gov.br/>

Ano da ocupação: 2008

Ano da instalação: 2009

Ano de extinção: 2018

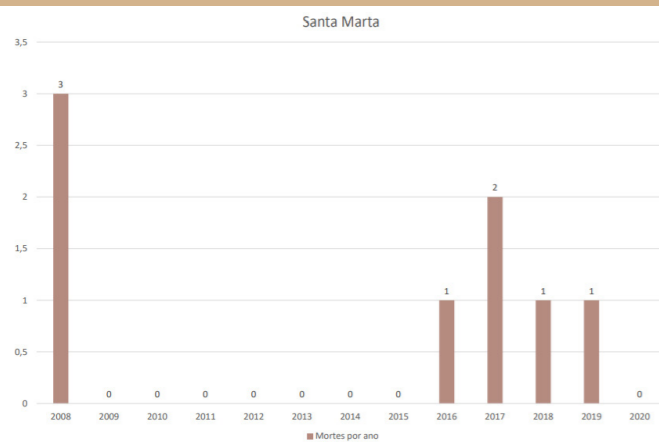


Gráfico 19: Mortes por agentes do estado na UPP Santa Marta de 2008 a 2020. Elaborado pela autora com base em dados do ISP. Disponível em: <

<http://www.ispdados.rj.gov.br/>

Ano da ocupação: 2008

Ano da instalação: 2008

Um dos fatores que podem se relacionar com esta questão é o avanço da milícia, e a disputa pelo território, sobretudo na zona oeste da cidade. Segundo o levantamento do GENI (Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos - UFF)<sup>8</sup>, tanto Vila Kennedy quanto Cidade de Deus, são territórios em disputa frequente entre o Comando Vermelho e a Milícia, não coincidentemente estando na mesma faixa da cidade, somadas, Cas duas favelas representam 22,4% de todas as mortes com intervenção de agentes do estado desde 2008.

Vale a pena questionar se antes da intervenção do Estado, nessas áreas isoladas em relação às demais, havia um número tão alto de mortes, além disso, fica a reflexão sobre se não há uma relação direta entre o avanço das milícias e a instalação das UPPs nesses locais, especificamente. É no mínimo razoável pensar que tanto o crescimento das milícias quanto o enfrentamento proporcionado pelo Estado nesses territórios aconteceram simultaneamente, o que gera ainda outro questionamento, se, direta ou indiretamente, o Estado facilitou o fortalecimento das milícias. Nos gráficos abaixo, é possível analisar que no período de 13 anos, em apenas 2 anos não houve mortes com intervenção de agentes do Estados nessas favelas, e ainda na Cidade de Deus, na maioria dos anos, houve pelo menos uma morte por mês.

<sup>8</sup> Endereço eletrônico grupo de pesquisa: < <http://geni.uff.br/>>

Endereço eletrônico mapa citado: < <https://erickgn.github.io/mapafc/>>

Caso exista uma relação entre o avanço das milícias e as operações do Estado, mesmo que as mortes contabilizadas envolvam apenas as que têm relação com agentes do Estado, aumenta a possibilidade de conflitos com mortes em áreas fragmentadas e sem um comando estabelecido. A exemplo disso, ambas UPPs, Cidade de Deus e Vila Kennedy, foram extintas em julho de 2018 e ainda assim registraram em 2019 o pico de mortes com 33 cada. Pontuando que este ano foi o recorde de mortes por policiais no Estado do Rio de Janeiro.

## CAPÍTULO 4



## RETOMANDO AS RECOMENDAÇÕES DE ABDIAS

No colóquio do Segundo Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas: Relatório das Minorias, além de apresentar o livro *Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado*, Abdias aponta em seus grifos sobre Florestan Fernandes:

“Uma situação como esta envolve mais do que desigualdade social e pobreza insidiosa. Pressupõe que os indivíduos afetados não estão incluídos como grupo racial na ordem social existente como se não fossem seres humanos nem cidadãos normais.” (*O negro no mundo dos brancos*, pag. 75, 173.)

Para introduzir suas recomendações ao governo brasileiro, levando em consideração todas as camadas de genocídio relatadas, a fim de preservar a vida e a qualidade de vida do negro brasileiro, Abdias faz considerações que abrangem tanto esferas econômicas, quanto sociais, políticas, culturais e territoriais. Dentre essas recomendações estão:

“O estímulo à livre e aberta discussão dos problemas dos descendentes de africanos no país e que encoraje e financie pesquisas sobre a posição econômica, social e cultural ocupada pelos afro brasileiros.” (NASCIMENTO, 2016 p.172)

“Que o governo do Brasil estude e formule compensações aos afro brasileiros pelos séculos de escravização criminosa e decênios de discriminação racial... para este fim, se deverá drenar recursos financeiros e outros, compulsoriamente originados da agricultura, do comércio e da indústria... Tais recursos constituirão um fundo destinado à construção de moradias, que satisfaçam as exigências da condição humana...” (NASCIMENTO, 2016 p.173)



As recomendações de Abdias Nascimento são ainda atuais e extremamente necessárias, apesar de quatro décadas terem se passado após sua formulação, o que evidencia que a população preta está distante e carente de direitos básicos, que garantam sua existência de forma digna

#### 4.1 Considerações finais

Este trabalho buscou compreender como o conceito de genocídio descrito na década de 1970 por Abdias Nascimento se aplica nos dias atuais na cidade do Rio de Janeiro através de um dos maiores projetos de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, as Unidades de Polícia Pacificadora. O projeto este desenvolvido pelo então Governador Sérgio Cabral, e o então secretário de Segurança do Estado, José Mariano Beltrame, era tido como promissor, rendendo inclusive premiações a seus idealizadores, porém na prática, a dinâmica mostrou que o sucesso da teoria não se replicaria na prática.

Para entender este processo, foi necessária uma análise histórica, bem como Abdias realiza em seu livro, desde a chegada do negro ao solo brasileiro e toda a construção do mito da “democracia racial”, elemento fundamental para a existência das diversas camadas do genocídio (pois como vimos ao longo deste trabalho, não trata-se apenas da morte em si, mas também do apagamento desta população em outras camadas que não a física) até chegarmos a dita abolição da escravidão e o abandono dessa população à própria sorte, o que resultou na busca do povo preto por terras para morar, terras essas que

compunham as periferias da cidade. Portanto, devido ao encadeamento do processo, a maior parte da população que habita hoje em favelas são pessoas pretas.

A UPP, que dizia ter o intuito de pacificar as favelas do Rio de Janeiro, de modo a tirá-las das mãos do poder paralelo e inserir nessas localidades unidades onde policiais treinados conviveriam diariamente com aquela população buscando manter não só a segurança da mesma, mas também trazer consigo outras políticas públicas que suprissem a carência da localidade. Na realidade, a premiada teoria das UPPs era apenas um mecanismo de tronar a cidade do Rio de Janeiro segura para recepcionar eventos de escala mundial entre 2008 e 2016. O problema aqui é que esta segurança não necessariamente seria para a população no geral, mas para quem não era morador das favelas. O que no início parecia ser um projeto promissor, tinha um prazo de validade, visto que não bastou muito tempo para que a polícia dita pacífica passasse a realizar suas velhas práticas violentas, sobretudo à população preta.

Tendo o início das ocupações em 2008, tivemos o que para a mídia foi um verdadeiro show cinematográfico, uma ocupação nada pacífica do Complexo do Alemão em 2010. Os anos seguintes foram de queda em mortes e outros crimes nas regiões de UPP, mas logo teríamos uma crescente nos números de homicídios, principalmente a partir de 2016, que marca o fim dos megaeventos, evidenciando que esse projeto na realidade foi mais uma política de controle através da violência sobre a população favelada.

Enquanto em suas recomendações Abdias sugere aos governantes que os direitos da

população negra brasileira sejam respeitados e que a mesma tenha ações que possibilitem sua equidade com os demais, nossos governantes através de sua polícia sítiam essa população, matam e as transformam em números nas suas estatísticas, por vezes até mesmo as omitindo.

Portanto conclui-se que as palavras escritas em “O genocídio do negro brasileiro : Processo de um racismo mascarado”, se mostram atuais e que a luta contra o genocídio ainda está em seu início. Por fim, este trabalho buscou evidenciar que o maior problema não só da cidade do Rio de Janeiro, mas do Brasil como país, não trata-se da economia, nem da política, ou até mesmo da questão social, mas sim racial, e enquanto não tratarmos as raízes, continuaremos enfrentando várias vertentes do genocídio e os demais problemas citados aqui. Na tentativa de fazer com que as informações aqui descritas transbordem a academia e atinjam principalmente a população negra, foi desenvolvido um material para a divulgação do conteúdo deste trabalho, etendendo que o meu papel como uma mulher negra e favelada que hoje conclui em uma universidade pública o curso de Arquitetura e Urbanismo é também compartilhar esse conhecimento de maneira a agregar de alguma forma a luta dessa população, entendendo que para saber nossos próximos passos precisamos entender não apenas como chegamos até aqui, mas onde estamos e como somos vistos na cidade.

Por fim, deixo aqui a minha homenagem e condolências às famílias de todos que tiveram suas vidas ceifadas devido à estrutura racista que vivemos neste país, marcas de uma escravidão que ainda nos assola. Gostaria ainda de afirmar que suas mortes não são apenas números, são filhos, irmãos, tios, pais, avós, amigos e cidadãos que merecem respeito, estejam em paz : Aghatas, Amarildos, Emillys, Cláudias, Joãos, Rebeccas, Marinetes e todos. Por aqui, todos continuaremos lutando.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDIAS Nascimento. ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: . Acesso em: 14 de Fev. 2021. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

ABDIAS. Site oficial do artista. Disponível em: < <http://www.abdias.com.br/> >. Acesso em: Fev. 2021.

BETIM, Felipe. UPPs, mais uma história de esperança e fracasso na segurança pública do Rio. Disponível em: . Acesso em: Fevereiro, 2021.

DAVIS, Mike. Planeta favela. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: Diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 10ª edição, 2019.

MELO, Karen. UPP em 10 anos: fracasso ou progresso?. Novembro, 2020. Disponível em: . Acesso em: Janeiro, 2021.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 3ª edição, 2016. OLIVEIRA, Reinaldo J;

OLIVEIRA, Regina M S. “Origens da segregação racial no Brasil ” , Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM . Junho, 2015. Disponível em: < <http://journals.openedition.org/alhim/5191>; DOI: <https://doi.org/10.4000/alhim.5191> > Acesso em: Fev. 2021.

PÚBLICA, Instituto de Segurança. UPP. Disponível em: < <http://www.ispdados.rj.gov.br/UPP.html> >. Acesso em: Janeiro, 2021.

PULHEZ, M.M. Espaços de favela, fronteiras do ofício: história e experiências contem

porâneas de arquitetos em assessorias de urbanização. Orientador: José Tavares Correia de Lira. 2007. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, SP, 2007.

RESENDE, Leandro. UPP 10 anos depois: as promessas cumpridas e as que ficaram pelo caminho. Disponível em: . Acesso em: Fevereiro, 2021.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades Socioespaciais: A luta pelo direito à cidade. Revista Cidades, Campinas, v. 4, n. 6, p. 73-88, 2007.

SANTOS, F. A necropolítica do medo - uma análise histórica do cenário onde se desenvolveu o caso da menina Agatha Felix. Orientadora: Bianca Garcia Neri. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Direito, Rio de Janeiro, RJ, 2019.

SEGURANÇA, Rede de Observatório. Dados inéditos comprovam que negros são o alvo da letalidade policial nos cinco estados monitorados pela Rede de Observatórios. Dezembro, 2020. Disponível em: <<http://observatorioseguranca.com.br/category/violencia-por-agentes-do-estado/>>. Acesso em: Fevereiro, 2021.

WEGLINSKI, Johanna. As Violências e a Cidade. Orientador: Cláudio Rezende Ribeiro. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro, RJ, 2018.

## O que é **GENOCÍDIO:**



Até 1944 “genocídio” era um termo que não existia, e foi criado como um conceito específico para designar crimes que têm como objetivo a eliminação da existência física de grupos nacionais, étnicos, raciais, e/ou religiosos.

## Genocídio por Abdias, **O CONCEITO:**

Por genocídio, entendemos o mito da democracia racial, que é a falsa sensação de igualdade alienadora à população. Atinge a população preta, que tem sua história apagada por um processo plural de formas de branqueamento, como os costumes já não lembrados, os ritos não reproduzidos, a história esquecida, e a própria morte.



## Quem foi **ABDIAS:**



Abdias foi um artista plástico, poeta, escritor, dramaturgo e político, sendo o primeiro deputado negro brasileiro, nasceu em Franca, São Paulo em 1914. Militante na luta contra discriminação racial e pelo reconhecimento da cultura negra, em 1977, durante seu exílio na Nigéria devido à Ditadura Militar no Brasil, denunciou a um colóquio, através das páginas do livro: “O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado”, a situação do negro no Brasil.

## No Rio, **ONDE ESTÁ O POVO PRETO:**

Segundo o censo de 2010 do IBGE, a maior parte da população preta e parda carioca está distribuída pela zona norte e oeste da cidade, principalmente nas periferias.

Em contrapartida, na zona sul do Rio de Janeiro, parte mais abastada da cidade, cerca de 83% da população é composta por pessoas brancas, deixando evidente a marca do racismo estrutural no território da capital fluminense.

## O que é a **UPP:**

Unidade de Polícia Pacificadora, um projeto de segurança pública lançado no governo Sérgio Cabral, que tinha como objetivo pacificar favelas cariocas e inserir a polícia no cotidiano das favelas. Teve o início de sua implementação em 2008 e, a princípio, auxiliaria na inserção de outras políticas públicas como educação, saneamento básico e outras políticas urbanas através de programas como a UPP social.

## **MEGA EVENTOS:**

Entre 2007 e 2016, a cidade do Rio recebeu eventos mundiais, que precisariam de políticas públicas para que eles ocorressem. Neste período, a segurança da cidade seria primordial.

## A ocupação do **COMPLEXO:**

Em novembro de 2010, uma operação com participação de diversos órgãos de segurança pública, culminou na ocupação no Complexo do Alemão. A repercussão das imagens rendeu o Emmy na categoria notícia ao Jornal Nacional (Globo), e a história romantizada fora aproveitada ainda como primeiro capítulo da novela da época. Para os moradores, porém, não foram dias pacíficos.



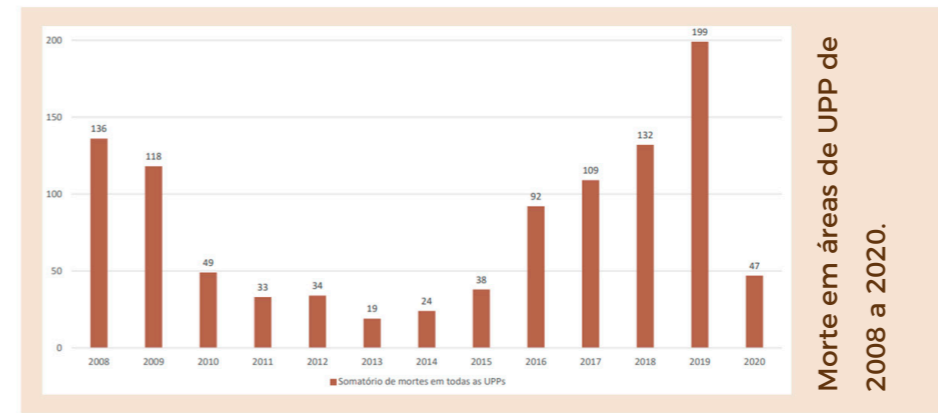
## A intervenção **MILITAR:**

Em 2018, a cidade do Rio de Janeiro, apoiada no decreto nº 9.288, recebeu uma intervenção federal, tendo como premissa a diminuição de crimes na capital. O interventor nomeado foi o general Braga Netto, que já havia sido responsável pela segurança do Rio durante as Olimpíadas.



## UPP e seus **NÚMEROS:**

A política que tinha o objetivo de trazer mais segurança para os moradores das favelas, foi na verdade um instrumento de controle através da violência. Quando pensamos em todos os eventos que citamos aqui e observamos o gráfico de mortes em áreas de UPP de 2008 a 2020, podemos ver que a curva diminuiu até 2013, e volta a crescer em 2016, quando temos o término dos megaeventos, com o fim das Olimpíadas. Em 2019 tem seu pico no ano em que a polícia do Estado do Rio mais matou em sua história.



## Durante a **PANDEMIA:**

Em 2020, o mundo experimentou os danos trazidos pela pandemia da COVID-19, e a população preta e favelada, suficientemente afetada pelo vírus, sofreu ainda com ações policiais. Mesmo após o decreto ADPF 635 MC-TPI/RJ, proibindo operações nas favelas do Rio, houve a maior chacina da história da cidade envolvendo agentes do Estado, com 28 mortos no Jacarezinho.





Primeira UPP implementada.

# UPP

2008



Jogos Militares;  
Teleférico do Alemão.



Jornada Mundial da Juventude;  
Copa das Confederações.



2013

Inauguração do Museu  
do Amanhã.



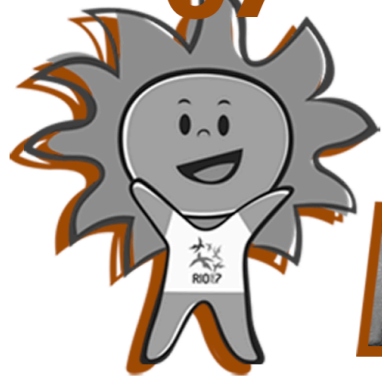
2015



Intervenção militar no  
Rio de Janeiro.

2018

2007



Panamericano 2007

Inauguração biblioteca  
do Manguinhos; Cinema Nova  
Brasília e Ocupação do  
Complexo do Alemão.



2010

2012



Inauguração do BRT Transcarioca.

Teleférico Providência;



2014

Encerramento das  
obras na Perimetral.

Copa do  
Mundo  
2014.

2016

Olimpiadas;



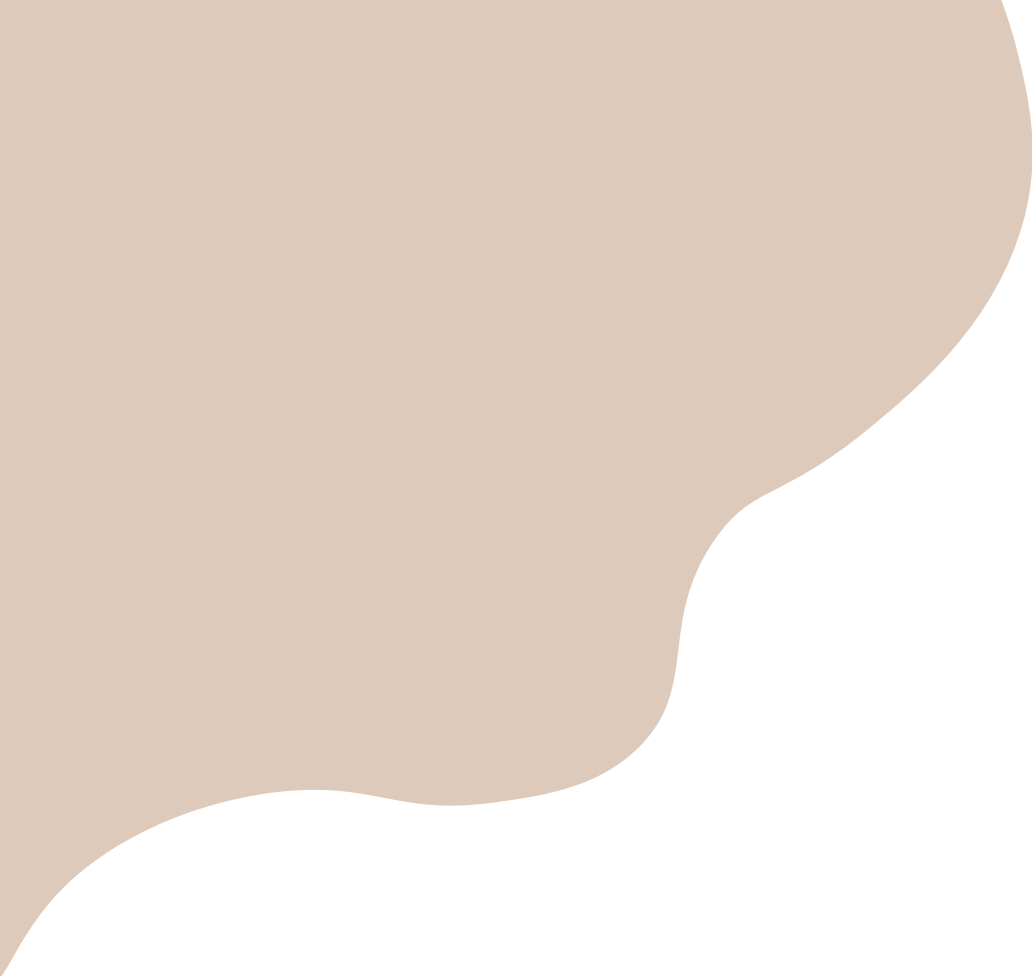
Inauguração  
da Linha 4 do metrô;

Inauguração Transolímpica;

impeachment  
de Dilma  
Rousseff;

Inauguração  
do VLT.



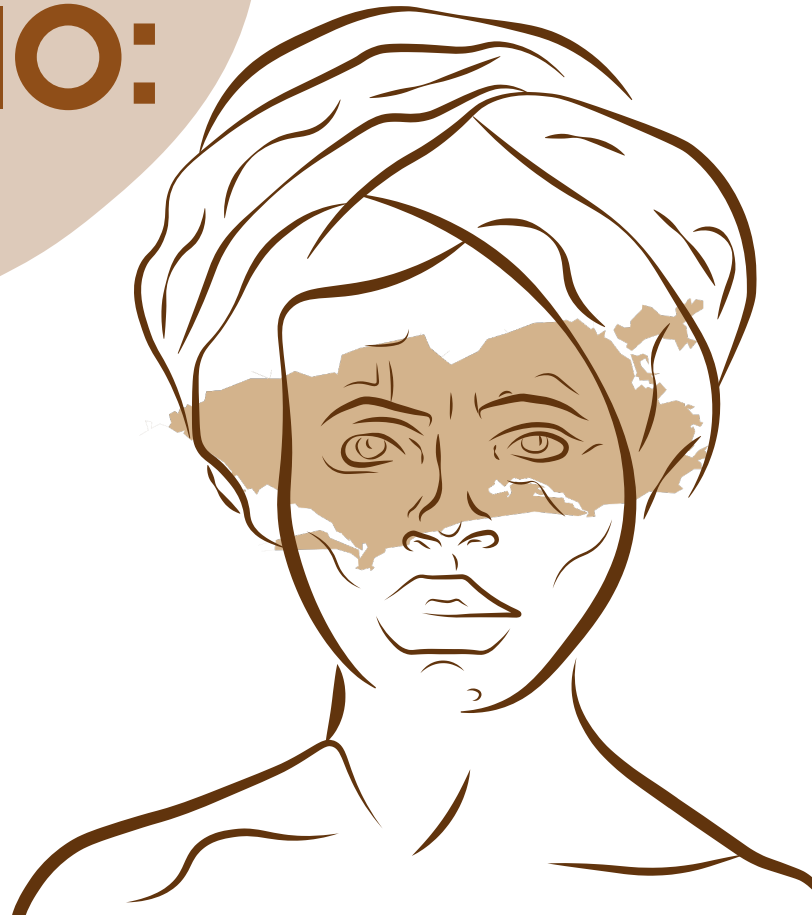


**OBRIGADA!**

# TERRITÓRIO E GENOCÍDIO:

PROCESSOS DE UM  
RACISMO URBANÍSTICO

TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO  
CAMILA MAIA DA CRUZ VALLE  
ORIENTADOR: CLÁUDIO RIBEIRO

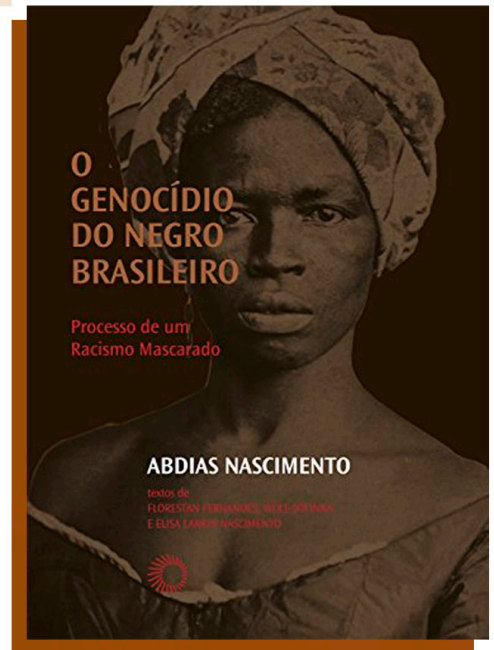


# INTRODUÇÃO:

O presente trabalho realizou um debate urbanístico organizado em diálogo com conceito de genocídio formulado por Abdias Nascimento em seu livro: “O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado”.

Evidenciando desigualdades, a partir de um estudo orientado pela questão racial, realizando uma breve análise histórica e através do levantamento de dados a partir do ISP sobre os casos de mortes por agentes do Estado.

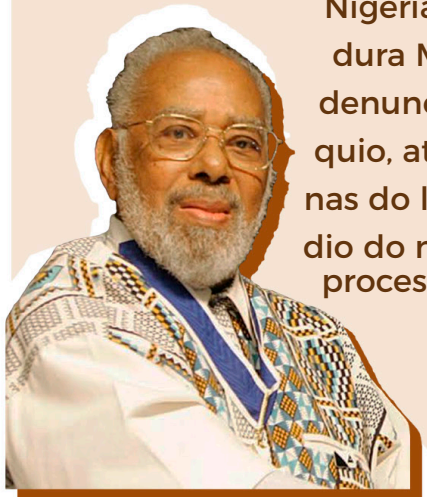
Filtrando as regiões da cidade do Rio de Janeiro onde encontram-se presentes UPPs, com o recorte temporal que se inicia em 2008 até o ano de 2020 neste período.



## Quem foi **ABDIAS:**

Abdias foi um artista plástico, poeta, escritor, dramaturgo e político, sendo o primeiro deputado negro brasileiro, nasceu em Franca, São Paulo em 1914. Militante na luta contra discriminação racial e pelo reconhecimento da cultura negra, em 1977, durante seu exílio na

Nigéria devido à Ditadura Militar no Brasil, denunciou a um colóquio, através das páginas do livro: “O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado”, a situação do negro no Brasil.



## Genocídio por Abdias, **O CONCEITO:**

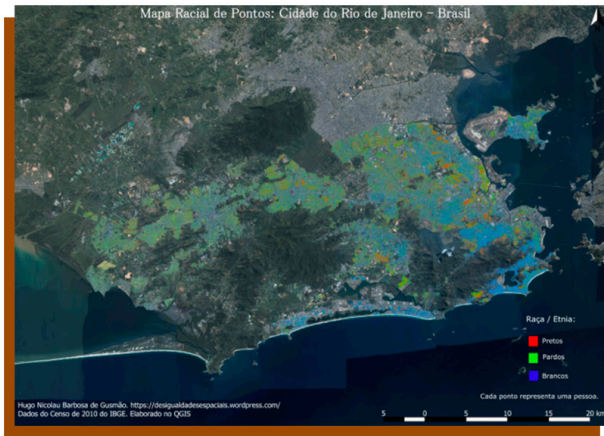
Por genocídio, podemos compreender o mito da democracia racial, o que causa uma falsa sensação de igualdade e certa tranquilidade alienadora à população.

O processo de genocídio do negro brasileiro dá-se através do tempo com as mais diversas formas de exclusão, seja física, cultural, moral ou psicológica.

Uma das principais estratégias apontadas por Abdias foi a miscigenação forçada, para o embraquecimento da população e o apagamento de uma “mancha negra”



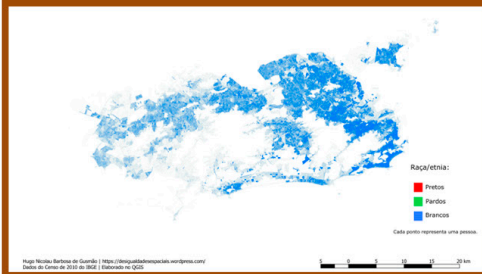
# Genocídio do negro brasileiro E URBANISMO:



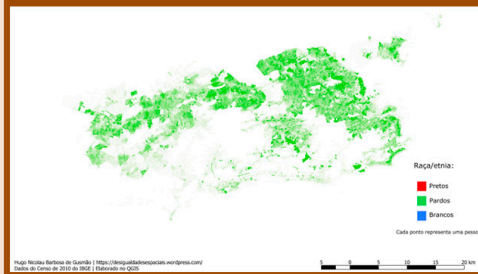
As medidas socioeconômicas e políticas tomadas acerca do embranquecimento da população impediram que as pessoas antes escravizada pudesse se tornar economicamente ativa e muito menos proprietária e protagonista do espaço e do território.

A origem das favelas está ligada às formas de discriminação e criminalização do povo pobre, sobretudo negro, que vivia em áreas marginalizadas da cidade do Rio de Janeiro.

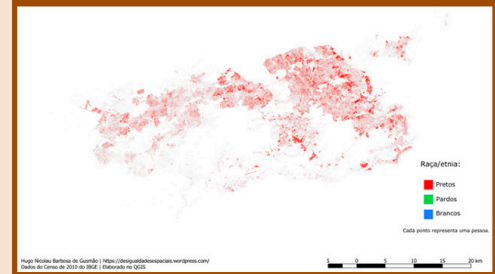
Mapa racial de pontos: População branca.



Mapa racial de pontos: População parda.



Mapa racial de pontos: População preta.



Mapas racial de pontos: Cidade do Rio de Janeiro - Brasil. Elaborado por Hugo Nicolau Barbosa Gusmão. Disponível em: < <https://desigualdadesespaciais.wordpress.com/2015/11/04/mapa-racial-da-cidade-do-rio-de-janeiro/> >

# UPP, Pacificação para quem?

**Criação e implementação:** O programa indicava como um dos seus objetivos dar um fim à violência comandada pelas facções de tráfico de drogas nas favelas da cidade, tirando assim esses territórios das mãos do poder paralelo e tomando não mais com uma política de confronto mas sim com uma política de ocupação e pacificação. Essas seriam estruturas independentes dos batalhões a fim de desenvolver uma nova forma de atuar, através de um policiamento comunitário.

**UPP Social:** Tinha o intuito de produzir informações sobre as necessidades das favelas ocupadas por UPPs, buscando assim articular melhorias nos serviços públicos ausentes ou de baixa qualidade, sendo esses além de segurança, saneamento básico, educação, saúde, entre outros.



Santa Marta - 05 de julho de 2016 às 14 hrs do dia 12 de dezembro de 2018				
Mês/ano	Tiroteios/Disparos	Presença Policial	Mortos	Fendos
Setembro/16	1	0	0	0
Outubro/16	1	0	0	0
Fevereiro/17	1	0	0	0
Março/17	5	0	1	0
Maió/17	1	0	0	0
Junho/17	3	0	0	0
Julho/17	6	0	0	1
Agosto/17	9	1	0	0
Setembro/17	7	1	0	1
Outubro/17	1	0	0	0
Novembro/17	3	0	0	0
Dezembro/17	2	1	0	0
Janeiro/18	3	1	0	0
Fevereiro/18	4	0	0	0
Abril/18	1	0	0	0
Junho/18	2	0	0	0
Julho/18	8	2	0	0
Agosto/18	15	4	1	0
Setembro/18	3	1	0	1
Outubro/18	6	0	0	0
Novembro/18	1	0	0	0
Dezembro/18	2	1	0	1
Total Geral	85	12	2	4



Primeira UPP implementada.

# UPP

2008

Jogos Militares;  
Teleférico do Alemão.

Jornada Mundial da Juventude;  
Copa das Confederações.

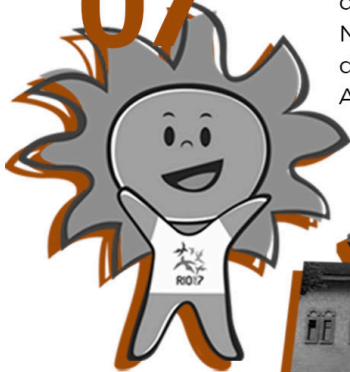
Inauguração do Museu  
do Amanhã.

Intervenção militar no  
Rio de Janeiro.

# COVID 19

Pandemia do novo  
coronavírus.

2007



Panamericano 2007

Inauguração biblioteca  
do Manguinhos; Cinema  
Nova Brasília e Ocupação  
do Complexo do  
Alemão.

2010



Teleférico Providência;

Inauguração do BRT Transcarioca.

Encerramento das  
obras na Perimetral.

Copa do  
Mundo  
2014.

Inauguração  
da Linha 4 do metrô.

Abertura Transolímpica.

Inauguração  
do VLT.

Governo Witzel e as 1.810  
mortes por policiais no Estado

Inauguração  
do Complexo  
olímpico.

impeachment  
de Dilma  
Rousseff.

## Jacarezinho

Central

Belford Roxo

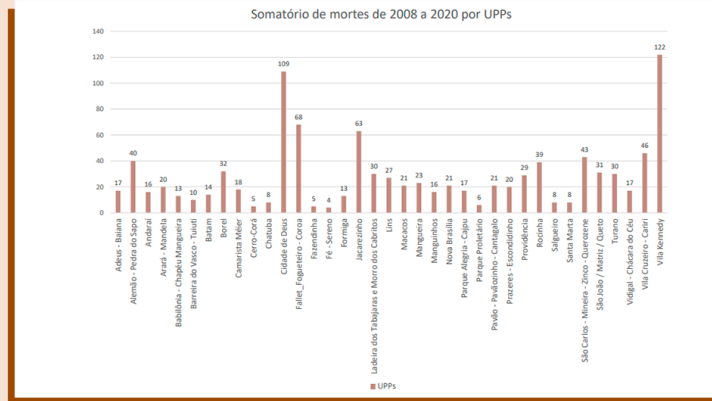
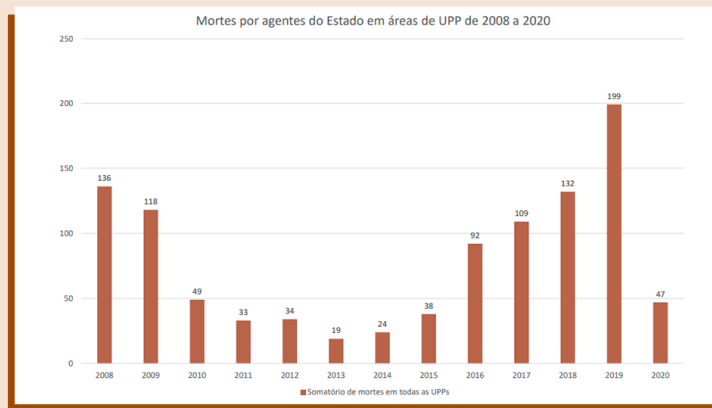
# 1.810

# 28 MORTOS

Chacina do Jacarezinho  
deixou 28 mortos.

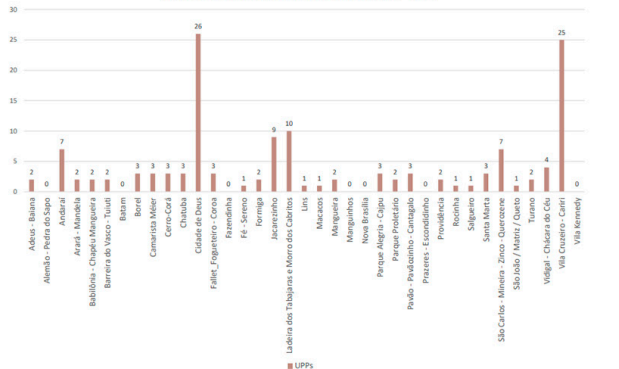


# Início das ocupações, MATAR PARA PACIFICAR:

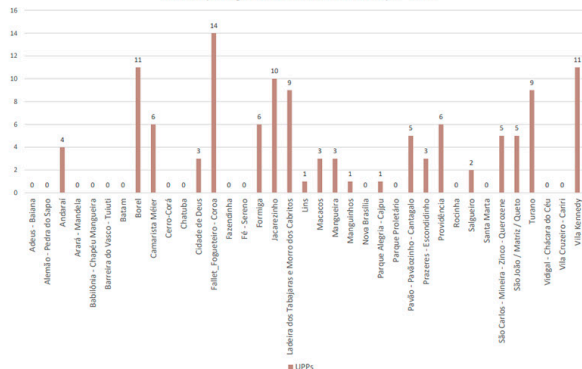


# Início das ocupações, MATAR PARA PACIFICAR:

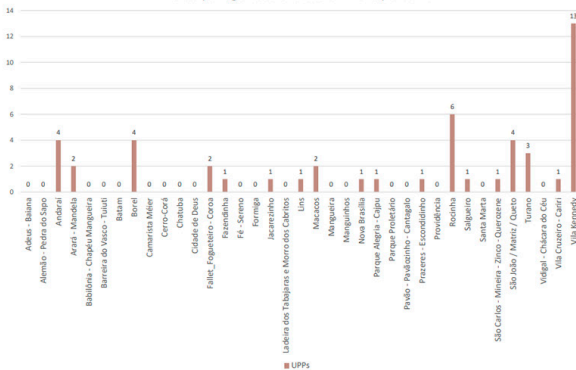
Mortes por agentes do Estado em 2008 por UPPs



Mortes por agentes do Estado em 2009 por UPPs



Mortes por agentes do Estado em 2010 por UPPs



Primeira UPP implementada.

# UPP

2011



Jogos Militares;  
Teleférico do Alemão.

2013



Jornada Mundial da Juventude;  
Copa das Confederações.

2015



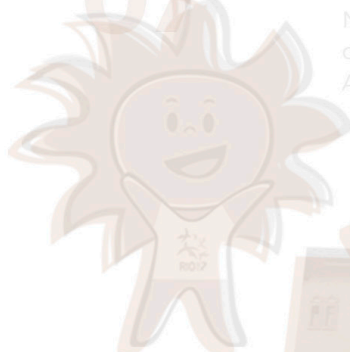
Inauguração do Museu  
do Amanhã.

Intervenção militar no  
Rio de Janeiro.

# COVID 19

Pandemia do novo  
coronavírus.

Inauguração biblioteca  
do Manguinhos, Cinema  
Nova Brasília e Ocupação  
do Complexo do  
Alemão.



Panamericano 2007

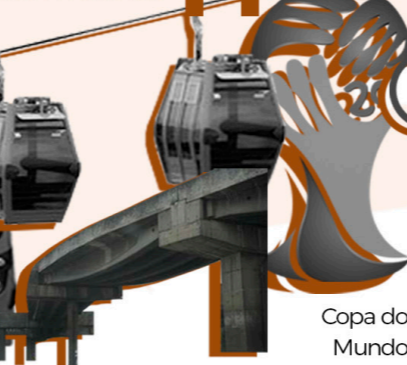
2012



Inauguração do BRT Transcarioca.

2014

Teleférico Providência;



Encerramento das  
obras na Perimetral.

Copa do  
Mundo  
2014.

2016

Inauguração  
do Complexo  
olímpico.



Olimpíadas.

Inauguração  
da Linha 4 do metrô.

Abertura Transolímpica.



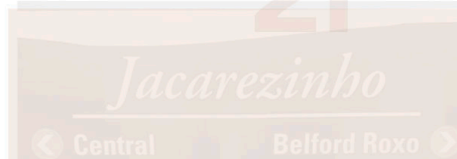
impeachment  
de Dilma  
Rousseff.

Inauguração  
do VLT.

Governo Witzel e as 1.810  
mortes por policiais no Estado

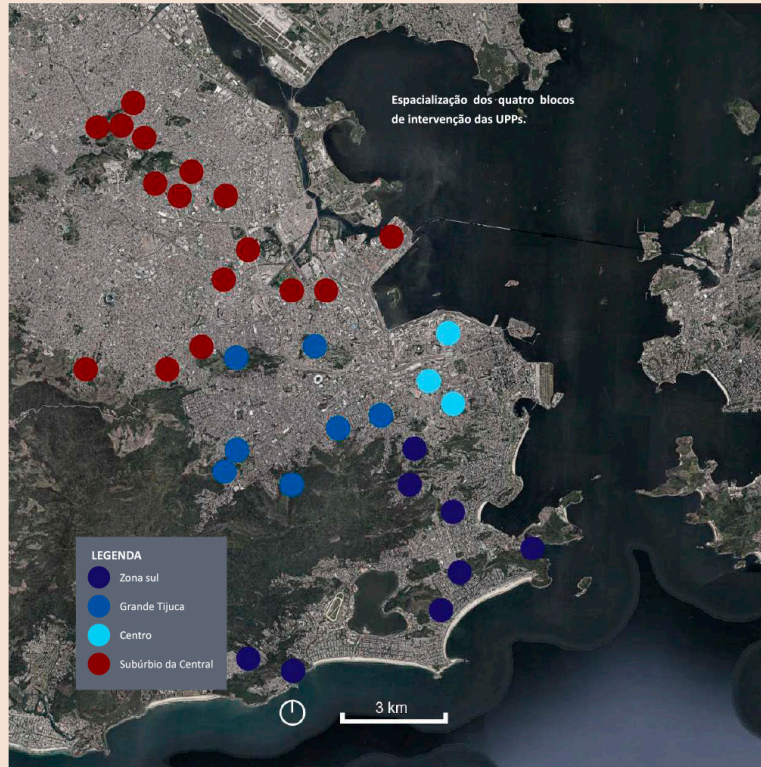
# 1.810

# 28 MORTOS



Chacina do Jacarezinho  
deixou 28 mortos.

# Intervenção das UPPs e a **ESPACIALIZAÇÃO:**



Mapa com a espacialização dos quatro blocos de Intervenção das UPPs. Elaborado por Johanna Weglinski .



Primeira UPP implementada.

# UPP

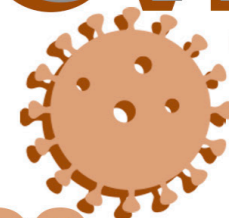
Jogos Militares;  
Teleférico do Alemão.

Jornada Mundial da Juventude;  
Copa das Confederações.

Inauguração do Museu  
do Amanhã.

Intervenção militar no  
Rio de Janeiro.

# COVID 19



Pandemia do novo  
coronavírus.



2008

2011

2013

2015

2018

2020

2007

2010

2012

2014

2016

2019

2021

Inauguração biblioteca  
do Manguinhos, Cinema  
Nova Brasília e Ocupação  
do Complexo do  
Alemão.

Teleférico Providência;

Inauguração  
do Complexo  
olímpico.

Impeachment  
de Dilma  
Rousseff.

## Jacarezinho

Central

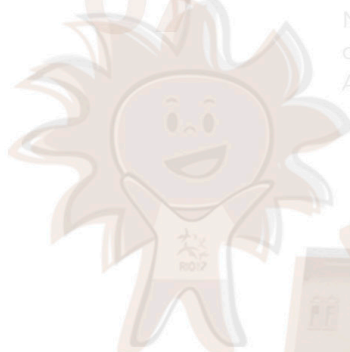
Belford Roxo

# 1.810

# 28 MORTOS

Chacina do Jacarezinho  
deixou 28 mortos.

Panamericano 2007



Inauguração do BRT Transcarioca.



Encerramento das  
obras na Perimetral.

Copa do  
Mundo  
2014.



Inauguração  
da Linha 4 do metrô.



Abertura Transolímpica.



Inauguração  
do VLT.



Governo Witzel e as 1.810  
mortes por policiais no Estado

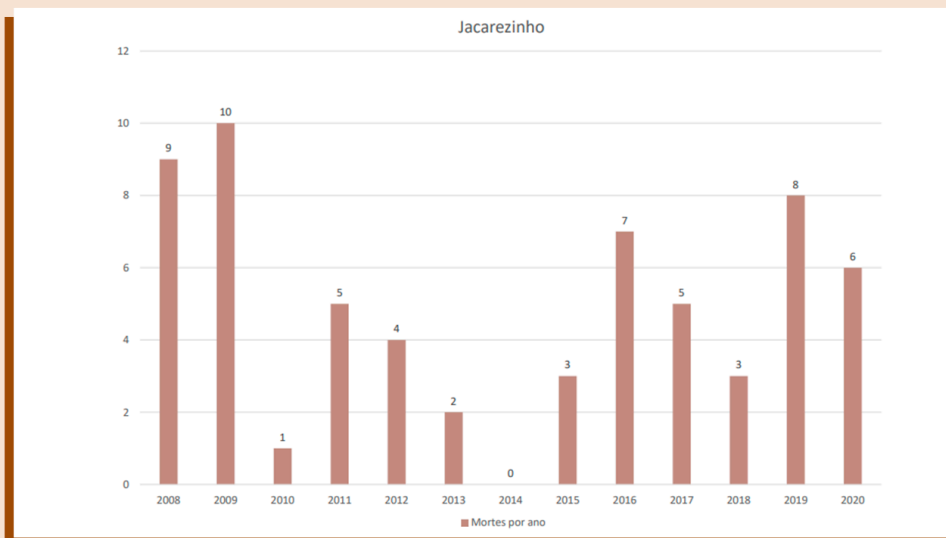
# 2021, pandemia e **CHACINA:**

Durante a pandemia foi sancionado acórdão relativo à ADPF 635 MC-TPI / RJ em 4 de agosto de 2020, pelo Supremo Tribunal Federal, indicando que a realização de operações estaria suspensa durante esse período.

Mesmo com o decreto ainda em vigência, no dia 6 de maio de 2021, foi realizada uma mega operação na favela do Jacarezinho.

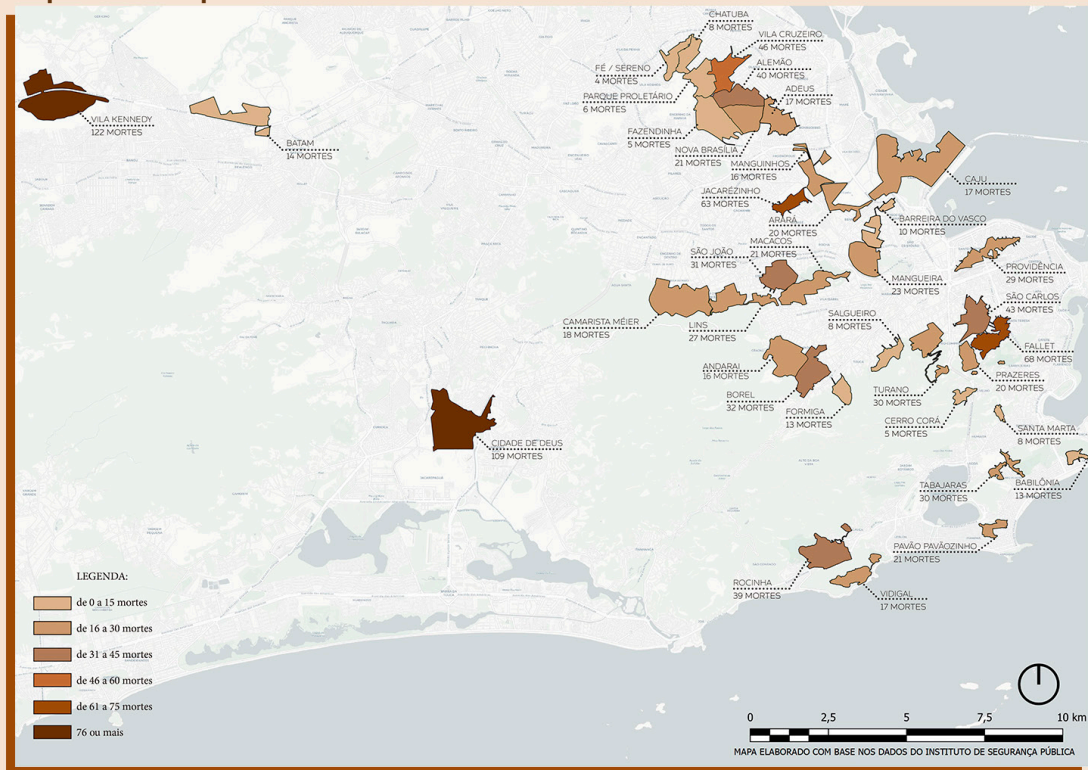
A chacina resultou em 28 mortes, o que representa 44,4% de todas as mortes envolvendo agentes do estado na favela desde 2008,

Não houve mortes apenas em 2014.



# Genocídio e TERRITÓRIO:

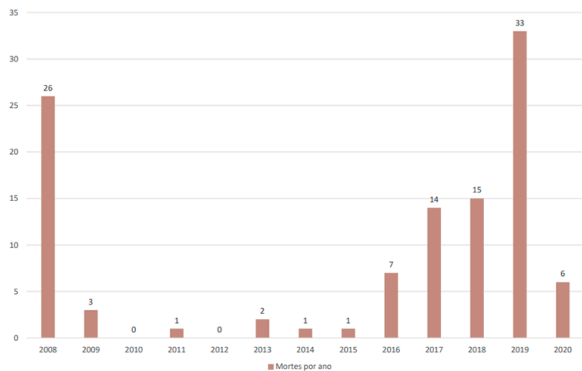
Mapa de mortes por área de UPP de 2008 a 2020



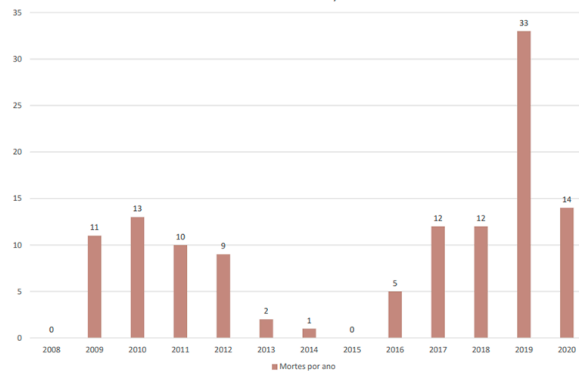


# Genocídio e TERRITÓRIO:

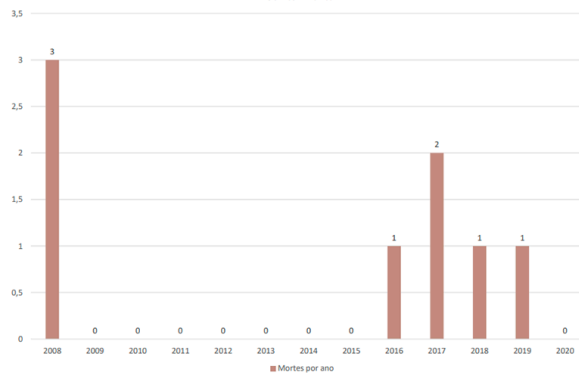
Cidade de Deus



Vila Kennedy



Santa Marta

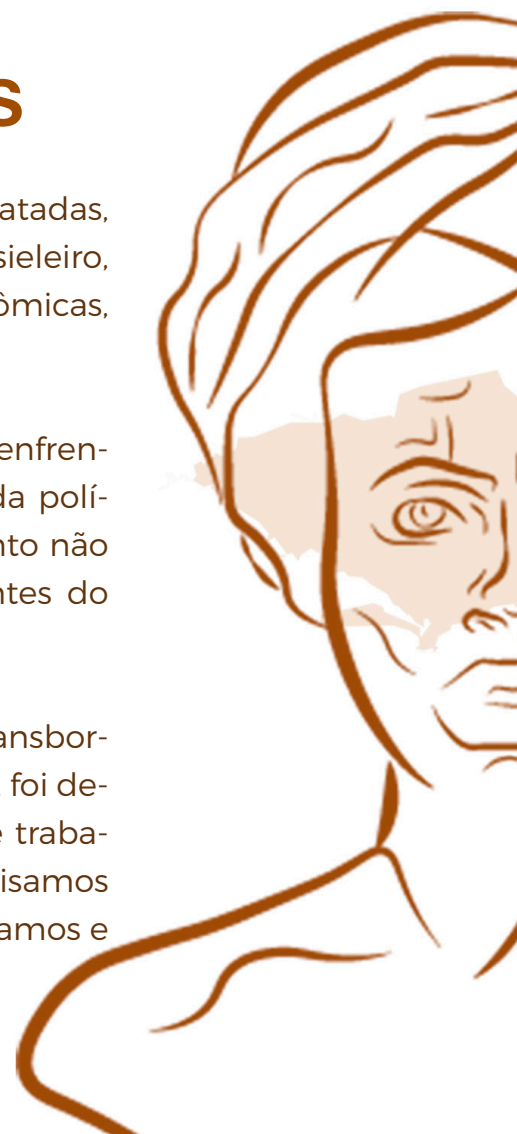


# Retomando as **RECOMENDACOES DE ABDIAS**

Levando em consideração todas as camadas de genocídio relatadas, a fim de preservar a vida e a qualidade de vida do negro brasileiro, Abdias faz considerações que abrangem tanto esferas econômicas, quanto sociais, políticas, culturais e territoriais.

Este trabalho buscou evidenciar que o maior problema que enfrentamos como cidade e país, não trata-se da economia, nem da política, ou até mesmo da questão social, mas sim racial, e enquanto não tratarmos as raízes, continuaremos enfrentando várias vertentes do genocídio.

Na tentativa de fazer com que as informações levantadas transbordem a academia e atinjam principalmente a população negra, foi desenvolvido um material para a divulgação do conteúdo deste trabalho, entendendo que para saber nossos próximos passos precisamos entender não apenas como chegamos até aqui, mas onde estamos e como somos vistos na cidade.



## O que é **GENOCÍDIO:**



Até 1944 “genocídio” era um termo que não existia, e foi criado como um conceito específico para designar crimes que têm como objetivo a eliminação da existência física de grupos nacionais, étnicos, raciais, e/ou religiosos.

## Genocídio por Abdias, **O CONCEITO:**

Por genocídio, entendemos o mito da democracia racial, que é a falsa sensação de igualdade alienadora à população. Atinge a população preta, que tem sua história apagada por um processo plural de formas de branqueamento, como os costumes já não lembrados, os ritos não reproduzidos, a história esquecida, e a própria morte.



## Quem foi **ABDIAS:**



Abdias foi um artista plástico, poeta, escritor, dramaturgo e político, sendo o primeiro deputado negro brasileiro, nasceu em Franca, São Paulo em 1914. Militante na luta contra discriminação racial e pelo reconhecimento da cultura negra, em 1977, durante seu exílio na Nigéria devido à Ditadura Militar no Brasil, denunciou a um colóquio, através das páginas do livro: “O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado”, a situação do negro no Brasil.

## No Rio, **ONDE ESTÁ O POVO PRETO:**

Segundo o censo de 2010 do IBGE, a maior parte da população preta e parda carioca está distribuída pela zona norte e oeste da cidade, principalmente nas periferias.

Em contrapartida, na zona sul do Rio de Janeiro, parte mais abastada da cidade, cerca de 83% da população é composta por pessoas brancas, deixando evidente a marca do racismo estrutural no território da capital fluminense.

## O que é a **UPP:**

Unidade de Polícia Pacificadora, um projeto de segurança pública lançado no governo Sérgio Cabral, que tinha como objetivo pacificar favelas cariocas e inserir a polícia no cotidiano das favelas. Teve o início de sua implementação em 2008 e, a princípio, auxiliaria na inserção de outras políticas públicas como educação, saneamento básico e outras políticas urbanas através de programas como a UPP social.

## **MEGA EVENTOS:**

Entre 2007 e 2016, a cidade do Rio recebeu eventos mundiais, que precisariam de políticas públicas para que eles ocorressem. Neste período, a segurança da cidade seria primordial.

## A ocupação do **COMPLEXO:**

Em novembro de 2010, uma operação com participação de diversos órgãos de segurança pública, culminou na ocupação no Complexo do Alemão. A repercussão das imagens rendeu o Emmy na categoria notícia ao Jornal Nacional (Globo), e a história romantizada fora aproveitada ainda como primeiro capítulo da novela da época. Para os moradores, porém, não foram dias pacíficos.



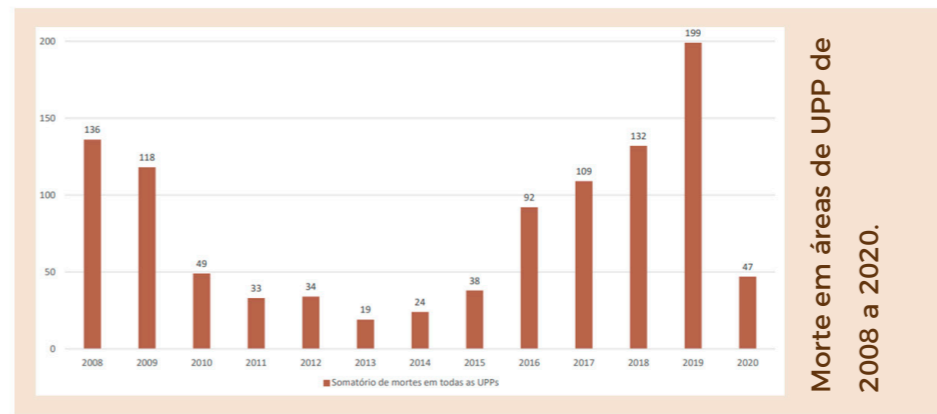
## A intervenção **MILITAR:**

Em 2018, a cidade do Rio de Janeiro, apoiada no decreto nº 9.288, recebeu uma intervenção federal, tendo como premissa a diminuição de crimes na capital. O interventor nomeado foi o general Braga Netto, que já havia sido responsável pela segurança do Rio durante as Olimpíadas.



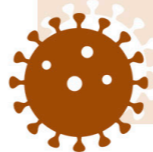
## UPP e seus **NÚMEROS:**

A política que tinha o objetivo de trazer mais segurança para os moradores das favelas, foi na verdade um instrumento de controle através da violência. Quando pensamos em todos os eventos que citamos aqui e observamos o gráfico de mortes em áreas de UPP de 2008 a 2020, podemos ver que a curva diminui até 2013, e volta a crescer em 2016, quando temos o término dos megaeventos, com o fim das Olimpíadas. Em 2019 tem seu pico no ano em que a polícia do Estado do Rio mais matou em sua história.



## Durante a **PANDEMIA:**

Em 2020, o mundo experimentou os danos trazidos pela pandemia da COVID-19, e a população preta e favelada, suficientemente afetada pelo vírus, sofreu ainda com ações policiais. Mesmo após o decreto ADPF 635 MC-TPI/RJ, proibindo operações nas favelas do Rio, houve a maior chacina da história da cidade envolvendo agentes do Estado, com 28 mortos no Jacarezinho.





Primeira UPP implementada.

# UPP

2008

2011

2013

2015

2018

2020

Jogos Militares;  
Teleférico do Alemão.

Jornada Mundial da Juventude;  
Copa das Confederações.

Inauguração do Museu  
do Amanhã.

Intervenção militar no  
Rio de Janeiro.

# COVID 19

Pandemia do novo  
coronavírus.

2007

2010

2012

2014

2016

2019

2021

Inauguração biblioteca  
do Manguinhos; Cinema  
Nova Brasília e Ocupação  
do Complexo do  
Alemão.

Teleférico Providência;

Inauguração  
do Complexo  
olímpico.

impeachment  
de Dilma  
Rousseff.

Jacarezinho

Central

Belford Roxo

1.810  
28  
MORTOS

Chacina do Jacarezinho  
deixou 28 mortos.

Panamericano 2007



# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDIAS Nascimento. ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: . Acesso em: 14 de Fev. 2021. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

ABDIAS. Site oficial do artista. Disponível em: < <http://www.abdias.com.br/> >. Acesso em: Fev. 2021.

BETIM, Felipe. UPPs, mais uma história de esperança e fracasso na segurança pública do Rio. Disponível em: . Acesso em: Fevereiro, 2021.

DAVIS, Mike. Planeta favela. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: Diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 10ª edição, 2019.

MELO, Karen. UPP em 10 anos: fracasso ou progresso?. Novembro, 2020. Disponível em: . Acesso em: Janeiro, 2021.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 3ª edição, 2016. OLIVEIRA, Reinaldo J;

OLIVEIRA, Regina M S. “Origens da segregação racial no Brasil ” , Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM . Junho, 2015. Disponível em: < <http://journals.openedition.org/alhim/5191>; DOI: <https://doi.org/10.4000/alhim.5191> > Acesso em: Fev. 2021.

PÚBLICA, Instituto de Segurança. UPP. Disponível em: < <http://www.ispdados.rj.gov.br/UPP.html> >. Acesso em: Janeiro, 2021.

PULHEZ, M.M. Espaços de favela, fronteiras do ofício: história e experiências contemporâneas de arquitetos em assessorias de urbanização. Orientador: José Tavares Correia de Lira. 2007. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, SP, 2007.

RESENDE, Leandro. UPP 10 anos depois: as promessas cumpridas e as que ficaram pelo caminho. Disponível em: . Acesso em: Fevereiro, 2021.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades Socioespaciais: A luta pelo direito à cidade. Revista Cidades, Campinas, v. 4, n. 6, p. 73-88, 2007.

SANTOS, F. A necropolítica do medo - uma análise histórica do cenário onde se desenvolveu o caso da menina Agatha Felix. Orientadora: Bianca Garcia Neri. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Direito, Rio de Janeiro, RJ, 2019.

SEGURANÇA, Rede de Observatório. Dados inéditos comprovam que negros são o alvo da letalidade policial nos cinco estados monitorados pela Rede de Observatórios. Dezembro, 2020. Disponível em: <<http://observatorioseguranca.com.br/category/violencia-por-agentes-do-estado/>>. Acesso em: Fevereiro, 2021.



- título do trabalho: TERRITÓRIO E GENOCÍDIO: PROCESSOS DE UM RACISMO URBANÍSTICO

- ano/semestre: 2020.2

- tema/programa (Idem à inscrição do TFG): Teórico

- nome do estudante: Camila Maia da Cruz Valle

- nome do(s) orientador(es): Cláudio Rezende Ribeiro

- resumo do trabalho:

O presente trabalho propõe um debate urbanístico organizado em diálogo com conceito de genocídio formulado por Abdias Nascimento em seu livro: “O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado”. A proposta é evidenciar desigualdades, a partir de um estudo orientado pela questão racial através do levantamento de dados a partir do Instituto de Segurança Pública (ISP) sobre os casos de mortes por agentes do Estado, filtrando as regiões da cidade do Rio de Janeiro onde encontram-se presentes Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), com o recorte temporal que se inicia em 2008 (ano da implementação da primeira UPP) até o ano de 2020. O objetivo final é caracterizar espacialmente o conceito de genocídio do negro na cidade do Rio de Janeiro, no intuito de demonstrar que a população que está na maioria das estatísticas de mortes por violência habitam espaços vulneráveis. Para isso, os dados levantados e analisados foram organizados graficamente através de material cartográfico, evidenciando que nestas áreas a maioria da população é preta. O trabalho por fim traz um informativo baseado em todo material levantado a fim de expandir esse debate sobre as camadas do genocídio para além do ambiente acadêmico.

- 3 palavras-chave: Genocídio, território, segurança pública.